

RAPHAELA CIBELLY DOS SANTOS LEÃO

**CONFLITO SOCIOAMBIENTAL E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS EM
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS MARAJOARAS:**
o caso da comunidade Deus me Ajude, Salvaterra, Marajó/PA

Belém/PA
2019

RAPHAELA CIBELLY DOS SANTOS LEÃO

**CONFLITO SOCIOAMBIENTAL E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS EM
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS MARAJOARAS:**
o caso da comunidade Deus me Ajude, Salvaterra, Marajó/PA

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre em Gestão de Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na
Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente
da Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Gestão dos
Recursos Naturais

Orientador: Prof. Dr. Otávio do Canto

Coorientador: Prof. Dr. Sérgio de Moraes

Belém, PA
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos
pelo(a) autor(a)**

- L433c Leão, Raphaela Cibelly dos Santos.
Conflito socioambiental e gestão de recursos naturais em territórios quilombolas marajoaras : o caso da comunidade Deus me Ajude, Salvaterra, Marajó/PA / Raphaela Cibelly dos Santos Leão. — 2019.
106 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Luis Otávio do Canto Lopes
Coorientador(a): Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo do Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2019.
1. Conflitos socioambientais. 2. Gestão de recursos naturais. 3. Comunidades quilombolas. 4. Ilha de Marajó/PA. I. Título.

CDD 301.6

RAPHAELA CIBELLY DOS SANTOS LEÃO

**CONFLITO SOCIOAMBIENTAL E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS EM
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS MARAJOARAS:**

o caso da comunidade Deus me Ajude, Salvaterra, Marajó/PA

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre em Gestão de Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na
Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente
da Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Gestão dos
Recursos Naturais

Data de Aprovação: 19 de fevereiro de 2019

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Otávio do Canto - Orientador

(Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e
Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM/NUMA/UFGA)

Prof. Dr. Rodolpho Zahluth Bastos - Examinador Interno

(Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e
Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM/NUMA/UFGA)

Prof. Dr. Luís Cardoso - Examinador Externo

(Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PPGCP/UFGA)

Prof. Dr. Lise Tupiassu Merlin - Examinadora Externa

(Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD/ICJ/UFGA)

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Patricia Leão, acima de tudo, por todo amor e dedicação, obrigada por segurar minha mão e enxugar minhas lágrimas nos dias de escuridão. Mãe, te dedico!

AGRADECIMENTOS

À minha família, agradeço todo amor dedicado ao longo da vida. Mãe, irmão, avó, avô, tio e sobrinha, vocês me inspiram, e ensinam, diariamente.

Aos meus amigos, saibam que sou grata por toda atenção, paciência e carinho. Obrigada por me acolherem, dado colo e emprestado os ouvidos, quando, mais que conversar, precisava desabafar.

Ao Prof. Dr. Otávio do Canto, meu orientador, obrigada pelo apoio e dedicação ao desenvolvimento da pesquisa e, acima de tudo, por seu companheirismo, não me deixando “ficar pelo caminho” das (inúmeras) vezes que fraquejei.

Ao Prof. Dr. Luís Cardoso, a quem admiro pela competência e maestria com que assume as responsabilidades. Sou grata pela confiança e credibilidade investidas nestes anos de convivência.

Ao Prof. Dr. Breno Alencar, por ter me apresentado ao fazer científico.

Aos professores e colegas do PPGEDAM (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) pelos conhecimentos e experiências compartilhadas.

Ao GPSA-Amazônias (Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente nas Amazônias) pelo apoio ao desenvolvimento desta pesquisa. Em especial, a equipe de campo: Prof. Dr. Otávio do Canto, Prof. Dr. Luís Cardoso, Daniel Sombra e Hemerson da Silva.

Aos comunitários de Deus me Ajude, pelo aceite à realização das pesquisas do GPSA-Amazônias e pela forma como nos acolheram durante os trabalhos de campo.

À todos, obrigada!

RESUMO

O estudo investigou a relação entre os conflitos socioambientais e a gestão de recursos naturais em territórios quilombolas da Ilha de Marajó/PA. Para tanto, tomou-se o contexto das comunidades quilombolas do município de Salvaterra, mais especificamente, o da comunidade Deus me Ajude. A apreciação, conduzida sob a perspectiva teórica dos conflitos socioambientais e da gestão de recursos naturais, baseou-se numa investigação de caráter qualitativo, utilizando-se de análise documental e bibliográfica, além da realização de pesquisa de campo. No universo de pesquisa, sucede que fazendeiros confinantes, objetivando satisfazer seus interesses, apropriam-se de modo particular de áreas necessárias as comunidades quilombolas, algo que tem gerado uma série de condições limitantes aos modos de produzir e organizar a vida social dos comunitários. No entanto, diante da ação dos fazendeiros a reação dos comunitários não é de marasmo, contrariamente, os quilombolas intensificam sua organização coletiva e posicionam-se diante do grupo oponente. Surge daí, em virtude da redução abrupta de recursos naturais ao acesso e controle quilombola, um movimento autônomo de construção coletiva de estratégias organizativas e adaptativas que figuram, neste cenário, quanto gestão de recursos naturais. O grupo quilombola cria, de maneira independente e endógena, formas de administrar os recursos disponíveis, objetivando satisfazer as demandas e necessidades do sustento familiar. Por esta perspectiva, os conflitos socioambientais, embora provoquem inúmeros efeitos negativos e danosos ao cotidiano quilombola, é substancial a ao adensamento da luta quilombola, bem como favorece/ auxilia a gestão de recursos naturais.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Gestão de recursos naturais. Comunidades quilombolas. Ilha de Marajó/PA.

ABSTRACT

The study investigated the relationship between socio-environmental conflicts and the management of natural resources in quilombola territories on the island of Marajó / PA. To this end, the context of quilombola communities in the municipality of Salvaterra was taken, more specifically, that of the Deus me Ajude community. The assessment, conducted under the theoretical perspective of socio-environmental conflicts and natural resource management, was based on a qualitative investigation, using documentary and bibliographic analysis, in addition to conducting field research. In the research universe, it follows that adjoining farmers, aiming to satisfy their interests, take particular advantage of necessary areas for quilombola communities, something that has generated a series of conditions limiting the ways of producing and organizing the social life of community members. However, in the face of the action of the farmers, the reaction of the community members is not of a doldrums, on the contrary, the quilombolas intensify their collective organization and position themselves in front of the opposing group. There arises, due to the abrupt reduction of natural resources to quilombola access and control, an autonomous movement for the collective construction of organizational and adaptive strategies that figure, in this scenario, regarding the management of natural resources. The quilombola group creates, independently and endogenously, ways to manage the available resources, aiming to satisfy the demands and needs of the family support. From this perspective, socioenvironmental conflicts, although they cause innumerable negative and harmful effects to the quilombola daily life, the density of the quilombola struggle is substantial, as well as it favors / helps the management of natural resources.

Key words: Socioenvironmental conflicts. Management of natural resources. Quilombola communities. Island of Marajó / PA.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1-1 - SÍNTESE DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
FIGURA 4-1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE SALVATERRA, ILHA DE MARAJÓ/PA.....	33
FIGURA 4-2 - MAPA DA COMUNIDADE DEUS ME AJUDE, SALVATERRA, ILHA DE MARAJÓ/PA.....	36
FIGURA 4-3 - ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL QUILOMBOLA DE DEUS ME AJUDE, JUNHO DE 2018.....	37
FIGURA 4-4- LOGO DA ASSOCIAÇÃO REMANESCENTES DE QUILOMBOS DEUS ME AJUDE, SALVATERRA, ILHA DE MARAJÓ/PA.....	39
FIGURA 5-1 - GADO BUBALINO CAMINHANDO PELA COMUNIDADE DEUS ME AJUDE, SALVATERRA, ILHA DE MARAJÓ/PA.....	44
FIGURA 5-2 - ROÇA DE MANIVA/ MANDIOCA NA COMUNIDADE DEUS ME AJUDE, SALVATERRA, ILHA DE MARAJÓ/PA.....	45
FIGURA 5-3 - ROÇA DE ABACAXI NA COMUNIDADE DEUS ME AJUDE, SALVATERRA, ILHA DE MARAJÓ/PA.....	45
FIGURA 5-4 - COLHEITA DE ABACAXIS POR COMUNITÁRIOS DE DEUS ME AJUDE, SALVATERRA, ILHA DE MARAJÓ/PA.....	46
FIGURA 5-5 –PORTO DE DEUS ME AJUDE, SALVATERRA, ILHA DE MARAJÓ/PA.....	48
FIGURA 5-6 - REDES DE PESCA ESTENDIDAS AO SOL - COMUNIDADE DEUS ME AJUDE, SALVATERRA, ILHA DE MARAJÓ/PA.....	49
FIGURA 5-7 - REPRESENTAÇÃO DA ÁREA ONDE FORMAM-SE OS LAGOS DO CAMPO.....	59
FIGURA 7-1 -CONSTRUÇÃO DA CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA – 2017 E 2018.....	71
FIGURA 7-2 - PRODUTO DO TRABALHO DE CAMPO DO GPSA-AMAZÔNIAS: MAPA DE USO, CONFLITO E REIVINDICAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DEUS ME AJUDE, SALVATERRA, MARAJÓ, PARÁ, BRASIL.....	75

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2-1 - ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO, JUNHO DE 2018.	22
QUADRO 5-1 - REPRESENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DE EXTRAÇÃO E COLETA DESENVOLVIDAS PELOS COMUNITÁRIOS DE DEUS ME AJUDE, SALVATERRA, ILHA DE MARAJÓ/PA.	42
QUADRO 5-2 - MÉTODOS DE CAPTURA E ESPÉCIES NA REGIÃO MARAJOARA – PESCA DE PERTO E PESCA DE LONGE – COMUNIDADE DEUS ME AJUDE, SALVATERRA, ILHA DE MARAJÓ/PA.	50
QUADRO 5-3 - TIPOLOGIAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS - COMUNIDADE DEUS ME AJUDE, SALVATERRA, ILHA DE MARAJÓ/PA.....	52

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA PESQUISA DE CAMPO PARA ELABORAÇÃO DA CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA.	84
APÊNDICE B - REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA PESQUISA DE CAMPO DA DISSERTAÇÃO.....	97
APÊNDICE C - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO.....	100
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA (SEMIESTRUTURADA) DE PESQUISA DE CAMPO.....	102

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - LOCALIZAÇÃO DO ESTADO PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL.	105
ANEXO B - LOCALIZAÇÃO DA ILHA DE MARAJÓ EM RELAÇÃO AO ESTADO DO PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL.	106
ANEXO C - CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO DA COMUNIDADE DEUS ME AJUDE, EMITIDA PELA FUNDAÇÃO PALMARES.	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDENPA	Centro de Defesa e Estudos do Negro no Pará
FCP	Fundação Cultural Palmares
GPSA-Amazonias	Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente nas Amazonias
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LARC	Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica
MALUNGU	Comissão Estadual de Associações de Remanescentes de Quilombolas do Estado do Pará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MinC	Ministério da Cultura
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPGCP	Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
PPGEDAM	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local
PROFIMA	Programa de Formação Interdisciplinar em Meio Ambiente
SEPPIR	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

<u>1</u>	<u>APRESENTAÇÃO</u>	16
<u>2</u>	<u>DADOS UTILIZADOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</u>	18
2.1	REVISITAÇÃO AO CAMPO	18
2.2	CAMPO DA DISSERTAÇÃO	19
2.2.1	CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA	19
2.2.2	VIVÊNCIA DA AUTORA	20
<u>3</u>	<u>ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DA PESQUISA</u>	24
3.1	A TRADIÇÃO DO CONFLITO	24
3.2	A PERSPECTIVA SIMMELIANA	25
3.3	OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	26
3.4	A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS	27
<u>4</u>	<u>CONTEXTUALIZAÇÃO</u>	29
4.1	CENÁRIO MARAJOARA: DA FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA ILHA A CONJUNTURA DO PRESENTE	29
4.2	MOVIMENTO QUILOMBOLA DAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE SALVATERRA	31
4.3	CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO: O QUILOMBO DEUS ME AJUDE	35
4.3.1	FORMAÇÃO DO QUILOMBO DEUS ME AJUDE	38
4.3.2	ASSOCIAÇÃO REMANESCENTES DE QUILOMBOS DEUS ME AJUDE	39
<u>5</u>	<u>O QUILOMBO DEUS ME AJUDE E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS</u>	41
5.1	ATIVIDADES DE TRABALHO EM DEUS ME AJUDE	41
5.1.1	CRIAÇÃO DE ANIMAIS	43
5.1.2	AGRICULTURA	44
5.1.3	EXTRATIVISMO ANIMAL E VEGETAL	47
5.2	TIPOLOGIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM DEUS ME AJUDE	51
5.2.1	CONFLITOS POR TERRAS	52
5.2.2	CONFLITOS POR RECURSOS NATURAIS	56
5.3	VIOLÊNCIA DECLARADA AOS COMUNITÁRIOS DE DEUS ME AJUDE	62
<u>6</u>	<u>A RELAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS</u>	64
6.1	GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS COMUNITÁRIA, ENDÓGENA E INDEPENDENTE	64
6.2	GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS DA AÇÃO PÚBLICA: CRÍTICAS E POSSIBILIDADES	67
<u>7</u>	<u>A CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO E ENPODERAMENTO QUILOMBOLA</u>	70
7.1	CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA DO QUILOMBO DEUS ME AJUDE	70

8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
	REFERÊNCIAS	78
	APÊNDICES.....	83
	ANEXOS	104

1 APRESENTAÇÃO

O estudo investigou a relação entre os conflitos socioambientais e a gestão de recursos naturais em territórios quilombolas da Ilha de Marajó, localizada no estado do Pará, Amazônia, Brasil. Para tanto, tomou-se o contexto das comunidades quilombolas do município de Salvaterra, mais especificamente, o da comunidade Deus me Ajude.

As comunidades quilombolas de Salvaterra, Ilha de Marajó/PA, produziram um processo de territorialização que experimenta severas tensões e conflitos decorrentes da relação com fazendeiros locais. Sucede que fazendeiros que têm suas propriedades contíguas aos territórios das comunidades beneficiam-se da localização e apropriam-se de modo particular de áreas que integram os territórios quilombolas, algo que tem gerado uma série de condições limitantes aos modos de produzir e organizar a vida, provocando sérios danos/ prejuízos ao cotidiano dos comunitários quilombolas.

A redução dos territórios quilombolas tem gerado sensível limitação no acesso e controle dos recursos naturais necessários à produção e reprodução sociocultural das famílias. No entanto, diante da ação dos fazendeiros a reação dos comunitários não é de marasmo, contrariamente, os quilombolas intensificam sua organização coletiva¹, resultado do aumento de unidade e coesão do grupo, e posicionam-se diante do grupo oponente.

Surge daí, em virtude da redução abrupta de recursos naturais ao acesso e controle quilombola, um movimento autônomo de construção coletiva de estratégias organizativas e adaptativas para melhor gerir seus recursos naturais. Neste sentido, grupo quilombola cria formas de administrar os recursos disponíveis para satisfazer as demandas e necessidades do sustento familiar.

Por esta perspectiva, os conflitos socioambientais, embora provoquem inúmeros efeitos negativos e danosos ao cotidiano quilombola, é substancial a

¹ Em síntese, refere-se a “um conjunto das relações sociais estabelecidas por indivíduos agindo coletivamente para conquistar benefícios que não alcançariam individualmente” (WEBER, 2004 Apud MAIA, VASCONCELLOS SOBRINHO e CONDURÚ, 2016, p. 23).

ao adensamento da luta quilombola, bem como favorece/ auxilia a gestão de recursos naturais.

O modelo de gestão, endógeno e independente, resultante do processo descrito anteriormente, não apresenta as configurações da gestão participativa realizada pela administração pública - que consiste na inserção das demandas e necessidades da sociedade organizada à esfera pública. Em vista disso, trata-se de formas e níveis de gestão distintas, que apesar das diferenças, possuem a potencialidade de atuar concomitantemente no mesmo território.

A Figura 1-1 apresenta as principais variáveis instrumentalizadas para o desenvolvimento do estudo.

Figura 1-1 - Síntese do problema de pesquisa.



Fonte: Adaptado de CANTO, 2012.

2 DADOS UTILIZADOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo utilizou abordagem qualitativa, apoiada em levantamentos bibliográficos e documentais, bem como a realização de pesquisa de campo de cunho etnográfico, de acordo com os pressupostos metodológicos das Ciências Sociais. Trata-se de uma pesquisa com objetivo explicativo e analítico, de natureza aplicada, que buscou gerar conhecimentos sobre a problemática dos conflitos socioambientais e gestão dos recursos naturais na comunidade quilombola Deus me Ajude, no município de Salvaterra, Ilha de Marajó/PA, em vistas a relação causal entre as variáveis (SEVERINO, 2007).

Para compor os procedimentos metodológicos, se utilizou um conjunto de técnicas e instrumentos, como supracitado. Visando o detalhamento destes procedimentos, a metodologia está dividida em: (2.1) revisitação ao campo e (2.2) campo da dissertação, dispostos desta maneira, para acompanhar a ordem em que o estudo foi desenvolvido.

2.1 REVISITAÇÃO AO CAMPO

O ingresso no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local (PPGEDAM/NUMA/UFGA), do posto de vista do desenvolvimento e aprofundamento das discussões que envolvem a problemática dos conflitos com as comunidades quilombolas de Salvaterra, Ilha de Marajó/PA, representou a possibilidade de obtenção de subsídio interdisciplinar à abordagem da pesquisa, que vinha sendo realizada de forma disciplinar, no âmbito das Ciências Sociais, pela formação acadêmica da autora.

As experiências anteriores, que culminam na construção da presente pesquisa, iniciaram-se no âmbito do Programa de Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) pela Universidade Federal do Pará (UFGA), entre os anos de 2013 e 2015. Nestes anos foram operacionalizados dois planos de trabalho: o primeiro, buscando compreender os elementos que compõe os conflitos pela apropriação da extração de açaí, e o segundo, seguindo o mesmo intento, os conflitos da pesca.

Dando sequência, em 2016, para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), demonstrou-se o caráter relacional entre os conflitos pela extração de açaí e pesca, que por envolver terra, beirada e rio, numa relação intrínseca, foram categorizados quanto “Conflitos de Beirada” - nomenclatura local que se refere a conflitos decorrentes em área de várzea, que provêm da apropriação exclusiva de rios, igarapés e lagos, inclusive das margens e da faixa terrestre que os rodeiam.

Posto isto, a compreensão acerca dos conflitos socioambientais, evidenciando a relação causal dos conflitos socioambientais à organização sociopolítica e a gestão de recursos naturais na realidade investigada, mostrou-se exequível pela existência desse conjunto de experiências.

2.2 CAMPO DA DISSERTAÇÃO

De modo mais pontual, a pesquisa de campo da dissertação desdobrou-se em dois momentos: (2.2.1) cartografia participativa e (2.2.2) vivência da autora. Estes momentos, embora tenham dinâmicas e ferramentas distintas, serviram igualmente a coleta de material necessário ao desenvolvimento da pesquisa.

2.2.1 CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA

Neste momento do campo foi realizado o mapeamento dos conflitos socioambientais por meio da cartografia participativa na comunidade quilombola Deus me Ajude, Salvaterra, Ilha de Marajó/PA. A produção deste produto se deu envolvendo o GPSA - Amazônia (Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente nas Amazônias), juntamente aos comunitários da comunidade em apreço. Ressalta-se que a equipe de campo, do GPSA - Amazônia, era composta pelos professores Dr. Otávio do Canto (PPGEDAM/NUMA/UFGA) e Dr. Luís Cardoso (PPGCP/UFGA), Daniel Sombra (LARC/NUMA/UFGA), Raphaela Leão (PPGEDAM/NUMA/UFGA) e Hemerson da Silva (PROFIMA/NUMA/UFGA). Deste estudo derivou o artigo de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Ambiental (PROFIMA/UFGA) de Hemerson da Silva e apreciável subsídio ao levantamento de dados, principalmente acerca dos conflitos socioambientais, da presente dissertação.

2.2.2 VIVÊNCIA DA AUTORA

As técnicas de pesquisa adotadas para realização deste campo, fundamentalmente, dividem-se em: observação participante, entrevista (semiestruturada) e documentação. (SEVERINO, 2007). Para tanto, o trabalho de campo foi previamente estruturado, tendo em vista capturar a realidade social de maneira densa, fazendo uso de roteiros de observação e entrevistas. Nestes roteiros, foram delineadas questões-chave que possibilitaram o levantamento de dados e informações acerca dos objetivos da pesquisa. As informações obtidas foram registradas e armazenadas em um banco de dados e posteriormente sistematizadas; inicialmente de forma isolada (considerando a identificação de informações mais relevantes) e, na sequência, tratadas em conjunto com a análise teórica e documental da pesquisa.

Durante a pesquisa de campo, entre os dias 21 e 27 de junho de 2018, as entrevistas aconteceram envolvendo 16 comunitários de Deus me Ajude. Tendo como base a vivência e atuação dos entrevistados, constituíram-se grupos de análise, sendo:

- Lideranças – compõe este grupo aqueles que desempenham posição de liderança na comunidade, estando alocados, principalmente, os que possuem atuação na presidência da Associação Remanescentes de Quilombos; mas também comunitários que se encontram no seio da tomada de decisão quilombola de Deus me Ajude;
- Herdeiros – constituído pela geração mais anciã da comunidade, composta pelos herdeiros de Tiago Bandeira de Souza, filho do “fundador” de Deus me Ajude, daí nomear o grupo quanto herdeiros;
- Trabalhadores – a definição desse grupo de interlocução se deu pelo conteúdo dos relatos, voltado, majoritariamente, a questões sobre as atividades de trabalho local e os recursos naturais utilizados, durante uma entrevista que ocorreu em grupo; e
- Outros – pela ausência de um elemento comum na atuação e fala de alguns entrevistados, entre si e em relação aos demais entrevistados, se

estabeleceu este grupo. Todavia, ao considerar as conversas informais realizadas, nos dois momentos em campo, constata-se que a coleta de dados não se limitou aos interlocutores das entrevistas.

A definição dos comunitários a serem entrevistados, foi iniciada por aqueles que compõem a liderança de Deus me Ajude. Daí, de acordo com os objetivos da pesquisa, novos comunitários foram, paulatinamente, indicados a contribuir com a pesquisa. As entrevistas foram conduzidas com base no roteiro de entrevista (semiestruturada), numa versão sintetizada buscando facilitar o andamento da entrevista. E, com duas exceções, foram realizadas isolando cada comunitário para que não houvesse constrangimentos ou influências de um interlocutor sobre o outro.

O Quadro 2-1 elenca as entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo.

Quadro 2-1 - Entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, junho de 2018.

NÚMERO	DATA	DURAÇÃO	GRUPO	IDADE
01	22 de junho de 2018	00:47:24	Herdeiro	67 anos
02	22 de junho de 2018	01:36:54	Herdeiro	73 anos
03	23 de junho de 2018	01:54:36	Liderança	26 anos
04	23 de junho de 2018	01:27:26	Trabalhador	46 anos
			Trabalhador	53 anos
			Trabalhador	25 anos
			Trabalhador	57 anos
			Trabalhador	49 anos
05	23 de junho de 2018	00:29:58	Herdeiro	65 anos
06	24 de junho de 2018	01:15:44	Liderança	70 anos
07	24 de junho de 2018	00:49:49	Liderança	40 anos

			Liderança	39 anos
08	25 de junho de 2018	00:31:38	Outro	83 anos
09	25 de junho de 2018	00:42:05	Herdeiro	70 anos
10	25 de junho de 2018	01:06:00 - estimado (o entrevistado não autorizou a gravação de em áudio).	Outro	78 anos!
11	26 de junho de 2018	01:21:00 - estimado (o entrevistado não autorizou a gravação de em áudio).	Liderança	50 anos

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, junho de 2018.

3 ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DA PESQUISA

Realizou-se um breve mapeamento de conceitos e perspectivas que apoiam o desenvolvimento das análises e discussões do universo de investigação. Para tanto, além das categorias centrais da pesquisa (conflitos socioambientais e gestão de recursos naturais), os desdobramentos teóricos da tradição do conflito compuseram a pesquisa. Acredita-se que a adoção desses pressupostos, ao focando a questão sob outro ponto de vista, auxilia a construção de novas explicações a problemática dos conflitos.

3.1 A TRADIÇÃO DO CONFLITO

A tradição do conflito² constitui um dos principais enfoques de análise das Ciências Sociais. Para esta corrente teórica, o conflito tem origem em diferentes aspectos da vida, compondo e moldando relações sociais. Logo, os conflitos são, por este viés, internos ao sistema social.

Embora haja muitas teorias distintas sobre o conflito, todos partilham um ponto em comum: a desigualdade é a força que move o conflito; e o conflito é a dinâmica central das relações humanas. De fato, seria difícil não notar as tensões e conflitos que emanam da desigualdade. [...]. Todas essas fontes de contradição que se manifestam em formas distintas de conflito – crime violento, desordens, protestos, manifestações, greves e movimentos sociais - originam-se da distribuição desigual de recursos valorizados pelas sociedades, como dinheiro, poder, prestígio, moradia, saúde e empregos. O conflito é, portanto, uma contingência básica da vida social; ele é potencialmente sentido em todo lugar. (TURNER, 1999, p. 21).

Trata-se, portanto, de uma concepção de conflito que difere inversamente a perspectiva funcionalista³ em que o conflito é apreendido como externo as relações sociais, e, por promover uma disfunção das formas de interação e organização social, deve ser extinto dado seu caráter negativo e danoso.

² Ver COLLINS, 2009; SCOTT, 2010 e TURNER, 1999.

³ Perspectiva de interpretação em que o conflito é considerado uma externalidade que promove a disfunção do sistema social, causando instabilidades ou dificuldades à harmonia e o equilíbrio da sociedade. O conflito, ao afetar o estado normal do funcionamento da sociedade, é considerado uma patologia que necessita ser reprimido e eliminado. Nesta linha de pensamento, a sociedade é analisada como um sistema orgânico, ou organismo vivo, em que cada parte detém uma função específica para todo social. Émile Durkheim é considerado o principal teórico desta corrente, desempenhando papel central no processo de construção do método de investigação sociológico ao tomar os princípios das ciências naturais.

3.2 A PERSPECTIVA SIMMELIANA

A concepção simmeliana sobre o conflito, levantou estimáveis formulações à análise dos conflitos sociais, e tem como precursor Georg Simmel, daí a designação.

Empenhado em compreender os processos sociais, Simmel dedicou-se ao estudo das formas de interação dos indivíduos em coletividade. Neste labor, o autor aproximou-se da análise dos grupos sociais e, com isso, a função dos conflitos à formação e manutenção grupal.

Para esta perspectiva, há duas formas coexistentes de distinguir grupos sociais e seus conflitos: (a) intragrupal e (b) intergrupais. Se analisado sob o enfoque das relações intergrupais, os conflitos são elementares e necessários ao processo de socialização⁴, impulsionando o processo de organização grupal.

[...] o *conflito*, forma pura de socialização e tão necessário à vida do grupo e sua continuidade como o consenso. É ele indispensável à coesão do grupo. O conflito não é patológico nem nocivo à vida social, pelo contrário, é condição para sua própria manutenção, além de ser o processo social fundamental para a mudança de uma forma de organização para outra. (MORAES FILHO, 1983, p. 23).

Os conflitos, nestas bases, produzem e/ou modificam relações e grupos sociais. E, embora no sistema social os aspectos positivos e negativos estejam integrados, para o processo de socialização, há nos conflitos funções positivas.

O processo de socialização, em linhas gerais, consiste nos impulsos individuais tomados de forma uniforme pelo grupo, ocasionando o aumento de unidade e coesão dos grupos em conflito. Nestas circunstâncias, o grupo supera suas divergências internas em prol da defesa dos interesses coletivos comuns.

[...] enquanto o conflito ou guerra de um grupo pode permitir a superação de certas discrepâncias e alienações individuais internas, ele frequentemente evidencia as relações intergrupais com uma clareza e uma determinação impossíveis de outro modo. [...]. Em síntese: em condição de paz, o grupo pode permitir que membros antagônicos convivam em seu interior numa situação indeterminada, porque cada um deles pode seguir seu próprio caminho e evitar colisões. Uma condição de conflito, todavia, aproxima os membros tão estreitamente e os sujeita a um impulso tão uniforme que eles precisam concordar ou se repelir completamente. Esta é a razão pela qual a guerra com o exterior é, algumas vezes, a última chance para um Estado dominado por antagonismos internos superar estes

⁴ Ou socialização, dependendo da tradução realizada.

antagonismos, ou então dissolver-se definitivamente. (MORAES FILHO, 1983, p. 154).

O conflito, portanto, é a percepção sobre os limites de um grupo. Derivando daí importante aspecto: a intensidade de unificação grupal. Para Simmel, os indivíduos reconhecem que partilham o mesmo litígio ou interesse prático e mantêm-se unidos. Assim sendo, embora a unificação surja com propósito imediato do embate, essa característica transcende o período patente do conflito e assume caráter permanente.

[...] é característico que a unidade, embora se origine no conflito e com propósitos de conflito, mantém-se para além do período de luta. Chega a ter interesses adicionais e forças associativas que não mantêm mais qualquer relação com o firme propósito inicial. De fato, a importância do conflito consiste na articulação da unidade e da relação latente; o conflito é mais a oportunidade para as unificações exigidas internamente do que o propósito dessas unificações. (MORAES FILHO, 1983, p. 159).

Em síntese, a análise simmeliana sobre os conflitos baseia-se, primordialmente, na compreensão da função dos conflitos à formação e manutenção dos grupos sociais. Para Simmel, o conflito constitui uma forma pura de interação social, desempenhando função unificadora e integradora do grupo, algo que favorece a organização coletiva.

3.3 OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Os conflitos têm origem nos muitos e diferentes aspectos da vida social. Dentre as múltiplas formas que os conflitos podem assumir estão os conflitos ambientais que se trata de um campo de análise em que a disputa decorre do acesso e controle dos recursos naturais entre grupos sociais. Portanto, os conflitos ambientais são conflitos sociais em que há a especificidade do ambiente no centro da disputa (CANTO, 2012).

Para esta perspectiva, os conflitos ambientais são decorrentes da coalizão de interesses que visam o acesso e controle dos espaços para a exploração dos recursos naturais, resultando em ameaça à continuidade da reprodução sociocultural de um dos grupos envolvidos (ALMEIDA; FLEURY; PREMEBIDA, 2014).

Os conflitos são, portanto, provenientes da “heterogeneidade dos [...] modos de pensar o mundo e nele projetar o futuro” (ALMEIDA; FLEURY &

PREMEBIDA, 2014, p. 67) entre os grupos envolvidos. Para uns “o território, com suas características físicas, representa uma unidade que garante a produção e a reprodução dos seus modos de vida [...], algo que resulta numa forte identidade com o espaço onde vive” (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010, p. 23), em contrapartida para outros, figura como mera porção de terras e recursos disponíveis à exploração.

Neste sentido, mais que a simples disputa, o conflito ambiental é uma luta social e política envolvendo, por um lado, agentes causadores que estão, geralmente, inclinados à lógica capitalista de acumulação monetária e, por outro, sujeitos sociais que buscam o reconhecimento de seu modo de vida específico (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

O conflito ambiental é, portanto, caracterizado pela disputa ao acesso dos recursos naturais, pela preservação da natureza e da cultura local. Ocasionalmente pela violação de direitos tradicionais e culturais de sujeitos que possuem um modo de vida territorialmente ambientalizado/situado.

[...] os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Ratifica-se que nas definições elencadas os autores classificam os conflitos quanto ambientais. Apesar disso, optou-se em seguir a perspectiva de Canto (2012), e utilizou-se a expressão conflitos socioambientais.

3.4 A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS

A gestão de recursos naturais, recentemente, assumiu a concepção em que é caracterizada “o ato de planejar, controlar, coordenar e formular ações para que atinjam os objetivos previamente estabelecidos em um dado local” (THEODORO; CORDEIRO; BEKE, 2004 *apud* MAIA, VASCONCELLOS SOBRINHO e CONDURÚ, 2016). A gestão, portanto, pode partir das construções sociais cotidianas do local, atendendo a necessidades e demandas da população, e a manutenção do patrimônio natural; sem que, para tanto, haja a presença de um mediador externo ao grupo.

A vista disso, o movimento autônomo de construção coletiva de estratégias organizativas e adaptativas que servem ao grupo, mas a construção de um modelo de gestão de modo endógeno e independente, em que o participante/executor, também, é beneficiário do processo. Tratando-se de um modelo de gerir os recursos naturais que considera o homem da região como um ator social e histórico do processo e não somente como mero receptor de ações.

Este debate, em última instância, por ser “o processo de gestão dos recursos naturais, aperfeiçoando e articulando as redes sociais existentes com os recursos ali disponíveis [...], para o atendimento duradouro das demandas comunitárias” (SINGER, 2004 *apud* MAIA, VASCONCELLOS SOBRINHO e CONDURÚ, 2016), vincula-se ao desenvolvimento comunitário.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO

Há em Marajó uma estrutura fundiária desigual que ocasiona a perpetuação de relações assimétricas entre os grupos locais, as quais favorecem aqueles com maior poder político e econômico, tornando-os ordenadores do território. Nestas circunstâncias, muitas vezes, há à supressão do poder das instituições do Estado, e dos direitos tradicionais das comunidades, pelo poder das oligarquias locais.

A literatura específica evidencia que situações desta natureza são reincidentes na Ilha de Marajó/PA. Nunes Pereira (1956; 1944), ao descrever a formação social e econômica da região demonstra que tal processo se deu em meio a tensões e conflitos envolvendo o controle dos recursos naturais da ilha pelos grupos locais. Consonante a este pensamento, os estudos de Brabo (1981), Nogueira (2005), Almeida e Esprandel (2006) e Acevedo Marin (2006; 2007), descrevem situações etnográficas conflituosas pelo domínio dos recursos naturais, entre os diferentes grupos locais, permitindo-nos afirmar que os conflitos socioambientais compõem a história dos grupos sociais rurais de Marajó/PA.

4.1 CENÁRIO MARAJOARA: DA FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA ILHA A CONJUNTURA DO PRESENTE

A formação socioeconômica da Ilha de Marajó, não difere da conjuntura amazônica. A extensão territorial associada à complexidade de seus aspectos naturais do meio tornou a região extremamente atrativa às pretensões da expansão portuguesa⁵. (NUNES PEREIRA, 1956).

Segundo documentos da época, o cenário marajoara superava as expectativas dos viajantes, e depois colonizadores, que à região chegavam. Algo que suscitava fascínio, e até deslumbramento, nos recém-chegados. Não tardou, portanto, para que os colonos constituíssem uma série de cobiças⁶ que

⁵ Embora haja a presença marcante dos portugueses no período de exploração e conquista da Ilha de Marajó, o povoamento da ilha contou com elementos de outros pontos do continente europeu, como: espanhóis, italianos, holandeses, austríacos e franceses, por exemplo.

⁶ Guiados pela perspectiva em que a Amazônia constitui um espaço disponível à exploração desmedida de recursos naturais - numa situação de servidão aos interesses econômicos, naquele momento, representados pelo Reino de Portugal (MIRANDA NETO, 2005) -, a ação

se destinavam à região. Almejando o implemento de suas ambições, em 23 de dezembro de 1665 concederam-se, a partir da Carta Régia, sesmarias na Ilha de Marajó, então Ilha Grande de Joanes.

Neste período, a introdução das espécies bovinas associada à exploração das águas constituía as bases produtivas de Marajó. A primeira representava a materialização e consolidação do processo de conquista e dominação do território marajoara, exitosa por sua feição as características ambientais da região (NUNES PEREIRA, 1956), enquanto a segunda fornecia estrutura demandada ao “sustento das tropas [...] e para aumentar as cifras da exportação que se encaminhava ao Reino” (NUNES PEREIRA, 1956, p.80), ambas representando grande valor dietético e econômico.

Extremamente ardilosos e empenhados em executar seus projetos de conquista, exploração e povoamento os portugueses não tardaram a notar o quão essenciais eram os indígenas⁷ à efetivação de sua empreita. Todavia, o encontro entre os grupos marcou a colisão de modos de vida extremamente diferentes. Certamente, por este motivo, os indígenas, embora detentores de vasto conhecimento sobre a região, não se adaptaram às práticas e pretensões portuguesas.

Surge daí o imperativo da introdução dos africanos negros escravizados⁸ na região para atender as demandas exigidas pelas atividades, principalmente, do pastoreio e da lavoura. A introdução dos africanos negros, embora não tenha acontecido em grandes massas, mostrou-se oportuna pela similitude do contexto marajoara ao experimentado pelo grupo em seu local de origem; além, é claro, das semelhanças das formas de organização social e econômica deste grupo em relação à praticada pelos portugueses. (NUNES PEREIRA, 1944).

dos colonizadores portugueses causou graves danos e perdas a região. Isto porque, “ao explorar o homem e saquear a natureza” (NUNES PEREIRA, 1956, p. 81), os empreendimentos implantados eram incapazes de resguardar o ambiente físico e gerar bem-estar coletivo à população local.

⁷ Segundo Acevedo Marin (2007), a ilha de Marajó era habitada por Nhengaibas, dentre outras nações indígenas. Contudo, tais grupos tiveram suas formas de existência social e cultural destruídas com a chegada dos colonizadores e missionários.

⁸ Embora, as fontes documentais apontem que a entrada africana na Amazônia tenha acontecido em 1692, acredita-se que tenha havido a introdução destes, dada a necessidade de força de trabalho demandada pelas capitanias, em período anterior.

Durante o processo de exploração e conquista da Ilha de Marajó, importa dimensionar que, as ordens religiosas⁹ cumpriram estimável função, principalmente, na introdução e desenvolvimento do pastoreio na região; sendo, por muitos estudiosos, inclusive, apontados como os primeiros fazendeiros marajoaras. (NUNES PEREIRA, 1956). A magnitude da atuação religiosa, dotada de imensurável autossuficiência que experimentava um crescimento vertiginoso de seu poderio econômico, ganhou dimensões abissais que ameaçavam os interesses do Reino de Portugal. Daí, mais a frente, o confisco das terras e bens em posse das ordens e, a vindoura, expulsão destes da Ilha de Marajó. (MIRANDA NETO, 2005).

Por estas questões, constituiu-se em Marajó, em meio a severos contrastes de cunho social e, principalmente, econômico uma sociedade desigual em que as atividades produtivas são, majoritariamente, predatórias. Trata-se de uma “sociedade que ainda conserva resquícios de um patriarcado” (MIRANDA NETO, 2005, p. 82), cenário em que os “donos da terra” formaram a atual aristocracia local da região, controlando a vida econômica e política marajoara. (MIRANDA NETO, 2005). Posto isto, não é descomedido inferir que a posse da terra constitui o principal elemento à definição dos grupos marajoaras ali forjados.

4.2 MOVIMENTO QUILOMBOLA DAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE SALVATERRA

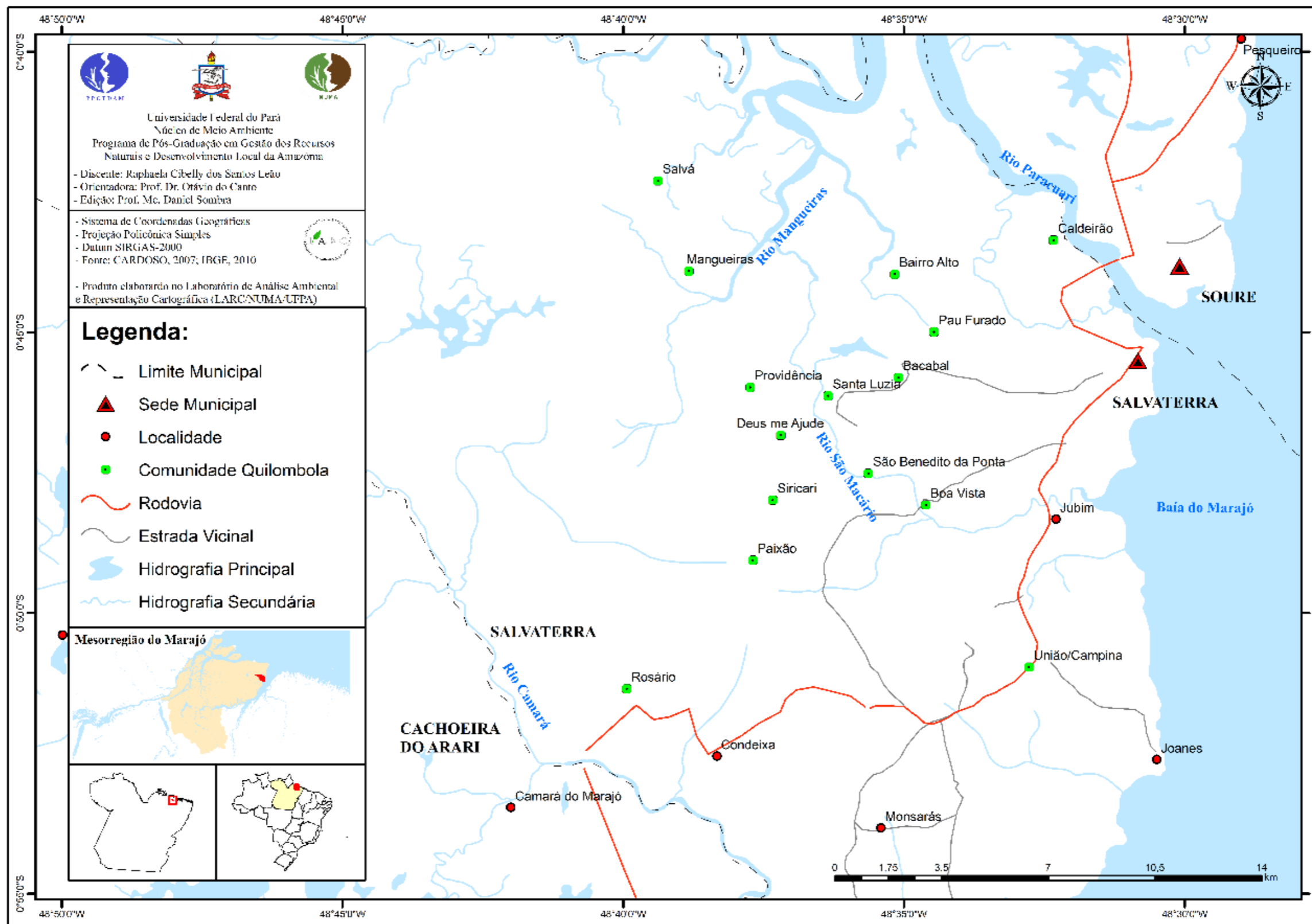
No município de Salvaterra, Ilha de Marajó/PA, figuram, oficialmente, 15 comunidades que se autodefinem quilombolas. São elas: Salvá, Mangueiras, Caldeirão, Bairro Alto, Pau Furado, Bacabal, Santa Luzia, Providência, Deus Ajude, São Benedito da Ponta, Siricari, Boa Vista, Paixão, União/Campina e Rosário. As fontes históricas documentadas, não definem com precisão o momento do surgimento dos quilombos de Salvaterra, mas indícios apontam que certamente datam o período colonial do Brasil e não eram compostos

⁹ Os primeiros missionários a chegarem ao Pará são os franciscanos, 1617 e, logo em seguida, os capuchos de Santo Antônio. Carmelitas, mercedários, capuchos de São José, de Nossa Senhora da Piedade também se embrenham pela Amazônia na obra evangelizadora. Quase “todas as ordens religiosas cooperam nesta empresa... A nenhuma, porém, foi dado exceder nem mesmo igualar a Companhia de Jesus.”. (MIRANDA NETO, 2005, p. 58).

somente por negros africanos escravizados, figuravam juntamente grupos indígenas, naquele momento, também sob a condição de escravos.

A Figura 4-1 apresenta o mapa de localização das comunidades supracitadas.

Figura 4-1 - Mapa de localização das comunidades quilombolas do município de Salvaterra, Ilha de Marajó/PA.



Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC/NUMA/UFPa), 2018.

As comunidades quilombolas de Salvaterra “produziram um processo de territorialização que experimenta mudanças devido à existência de condições limitantes à sua existência, modos de produzir e de organizar a vida social”. (ACEVEDO MARIN, 2007, p. 77). Estas mudanças, provêm da ação de fazendeiros confinantes/ vizinhos que “privatizam e estabelecem impedimento, coerção, restrição de deslocamentos, do gozo de liberdade de movimentar-se livremente dentro do território” (ACEVEDO MARIN, 2007, p.1).

Por estas condições limitantes e embalados pela realização de estudos antropológicos, coordenados pela Dr^a Rosa Elizabeth Acevedo Marin (NAEA/UFPA), emerge nos anos 2000 um processo coletivo de afirmação da identidade negra¹⁰ nestas (e destas) comunidades. A partir deste momento, então, as comunidades da região, paulatinamente, iniciam uma movimentação interna que culminou na acentuação da organização político-social comunitária.

As comunidades quilombolas da Ilha do Marajó, não são, necessariamente, descendentes diretos dos sujeitos escravizados no passado. São grupos que reclama serem quilombolas seguindo preceitos jurídicos, étnicos e culturais, sendo os quesitos culturais e identitário que garante o acionamento das normas legais. (CARDOSO, 2013, p. 100).

Estando os comunitários, portanto, empenhados em dar encaminhamento a seus pleitos, passaram a organizar-se na forma de associações remanescentes de quilombos para criar condições favoráveis ao reconhecimento dos seus direitos territoriais e étnicos (ACEVEDO MARIN, 2007). Para tanto, as ações de luta destes quilombos estão embasadas no arcabouço legal/ jurídico brasileiro previsto na Constituição Federal de 1988, segundo definido no Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988).

¹⁰ Espelhando este processo, em 2002 aconteceu o “I ENCONTRO DE MULHERES NEGRAS” no Pará na comunidade Deus me Ajude. O evento teve apoio da Dr^a Rosa Elisabeth Acevedo Marin, juntamente com seu grupo de pesquisa, da SEPPIR (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial), do CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará) e da MALUNGU (Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará), que atua na articulação das comunidades remanescentes do estado.

As ações quilombolas pautam-se também no Decreto Federal 4.887/03, responsável pela regulamentação¹¹ do procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas, em especial, o Art. 2º:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Art. 2º do Decreto Federal 4.887/03).

E ainda, mais especificamente, o §2º que define: “são terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”, o que conclui, portanto, que o território quilombola é do tamanho que a produção e reprodução da comunidade demandar.

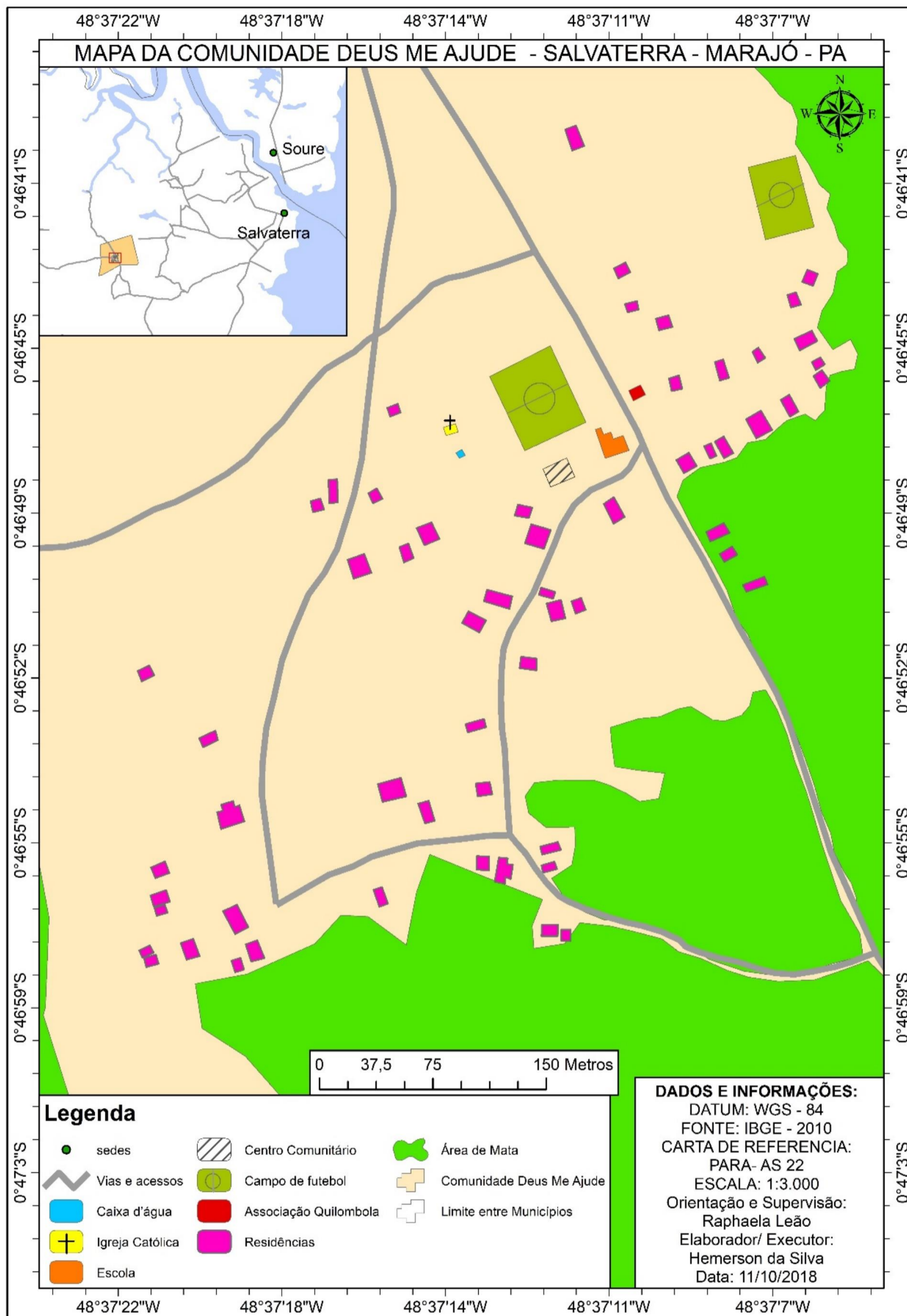
4.3 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO: O QUILOMBO DEUS ME AJUDE

A comunidade quilombola Deus me Ajude está localizada a 18 km da área urbana do município de Salvaterra, Ilha se Marajó/PA. Nesta comunidade residem 168 pessoas (entre adultos e crianças), distribuídas em 45 unidades familiares. São fornecidos em Deus me Ajude, embora relativamente recentes, os serviços de energia elétrica e água encanada, entre outros.

Na Figura 4-2 pode-se observar a disposição da ocupação humana em Deus me Ajude.

¹¹ Neste processo, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a realização do processo que resultará na titulação das terras tradicionalmente ocupadas pelos remanescentes de quilombos. Devendo o Ministério da Cultura (MinC), por meio da Fundação Cultural Palmares (FCP), acompanhar o tramite visando garantir os direitos étnicos e territoriais das comunidades em apreço. (BRASIL, 2003).

Figura 4-2 - Mapa da comunidade Deus me Ajude, Salvaterra, Ilha de Marajó/PA.



Fonte: LEÃO & SILVA, 2018.

Nas mediações da comunidade funciona a “Escola de Educação Infantil e Fundamental Quilombola Deus Ajude”. A escola é mantida e administrada pelo governo municipal, com apoio do governo federal. Inaugurada em 1990, o prédio da escola passou por reforma entre os anos de 2016 e 2017.

O sistema de ensino da EMEIFQ de Deus me Ajude é dividido em:

- Pré-escolar;
- 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental; e
- 4º e 5º anos do fundamental, atendendo também o Programa Pro-Jovem Campo: Saberes da Terra, voltado a jovens e adultos.

A Figura 4-3 apresenta registros da entrada a fachada da escola a placa referente a reforma e ampliação sofrida em 2017.

Figura 4-3 - Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Quilombola de Deus me Ajude, junho de 2018



a – EMEIF quilombola

b – Placa referente a reforma

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, junho de 2018.

No que se refere ao atendimento de saúde, há uma agente comunitária que se divide entre as comunidades de Deus me Ajude, Providência e parte de Mangueiras que realiza ações na localidade. Todavia, o atendimento médico só é realizado em algumas comunidades vizinhas, que possuem postos de saúde, ou na área urbana do município.

4.3.1 FORMAÇÃO DO QUILOMBO DEUS ME AJUDE

A comunidade Deus me Ajude se originou quando Luiz Antônio de Souza chegou à localidade e se apossou de tais terras. Luís trata-se de um homem negro que havia fugido de uma fazenda do território de Soure, hoje município de Soure, onde se encontrava sob o regime de escravidão. De alguma forma, que os comunitários não sabem precisar, Luiz adquiriu a patente/ título de Alferes, o que deu a ele significativo prestígio na região. O referido homem faleceu em 24 de junho de 1953, com idade avançada, e num momento em que já havia constituído família e se fixado no território local. (SOUZA, 2017).

“Luís Antônio de Souza é o antepassado mais remoto da comunidade Deus Me Ajude (DMA), que ainda está na memória dos anciões sobreviventes. O que se diz é que ele tinha grande massa corporal e bigodes enrolados, respeitado no local por sua valentia, com destaque para domar cavalos, e por ter comprado a patente de Alferes. As margens do rio Mãe de Deus, próximo onde vivia o Alferes, havia uma aldeia Aruã e, com o passar do tempo ele juntou-se a uma mulher indígena dessa aldeia, tiveram alguns filhos e foram adquirindo novas terras. Além dessa esposa, ele teve outras três, uma por nome Honorata Bandeira, as outras duas moravam nas comunidades vizinhas onde Luiz Antônio havia dado terras para elas, hoje chamadas Quilombo de Mangueiras e Quilombo de Providência.”. (SOUZA, 2017, p. 8).

Com o falecimento de Luiz Antonio de Souza, seus filhos: Lódio, José, Otávio, Anízio, Thiago, Júlia, Luiza ou Raimunda, herdaram todas as terras e bens. Dentre os herdeiros de Luiz, Tiago detém sensível destaque na história da comunidade por ter sido responsável pela abertura de um pequeno comércio com o nome de “taberna Deus me Ajude”, que embora tenha surgido com o objetivo de complementar a renda familiar e abastecer as comunidades vizinhas, principalmente com gêneros alimentícios de necessidade básica, veio a tornar-se um ponto de referência do lugar e, anos mais tarde, identificar a comunidade com o nome do tal comércio: Deus me Ajude. Todavia, na medida em que o tempo foi passando, além das mudanças estruturais e do crescimento populacional, o nome da comunidade também se modificou, na verdade suprimiu, ficando conhecida localmente como “Deus Ajude” ou, simplesmente, “Ajude”.

Vale destacar que, segundo os comunitários, as terras que compunham o território da comunidade inicialmente abrangiam desde o que hoje se conhece como a frente da comunidade Mangueiras, perpassando as terras que

restam atualmente a Deus me Ajude e estendendo-se até parte da comunidade São Benedito da Ponta. Sendo nesta extensão territorial que, dadas às vivências de Luiz, foi inserida a atividade de criação de animais. Surgindo deste fato, a definição das terras da comunidade quanto campo de criação, ao centrar as atividades de trabalho locais na criação de animais.

4.3.2 ASSOCIAÇÃO REMANESCENTES DE QUILOMBOS DEUS ME AJUDE

A associação Remanescentes de Quilombos de Deus me Ajude, foi fundada em 12 de fevereiro de 2002, por Lair de Souza. É a primeira associação desta natureza a ser instituída no município de Salvaterra, impulsionando a organização sociopolítica das comunidades circunvizinhas e, portanto, favorecendo o movimento quilombola de Salvaterra de modo amplo.

“Por aqui, essa redondeza, a primeira é essa! Foi essa aí, que depois começaram a fundar, que viram aí o movimento dele (referindo-se ao senhor Lair), né? Aí começaram, tem no Siricari, Bacabal, Barro Alto, aqui na Providência, Mangueiras, Rosário; aí foi indo, evoluindo.”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Herdeiro, 70 anos).

A Figura 4-4 apresenta a ilustração da associação da comunidade.

Figura 4-4- Logo da Associação Remanescentes de Quilombos Deus Me Ajude, Salvaterra, Ilha de Marajó/PA.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, junho de 2018.

Com a fundação da associação quilombola e, com isto, afirmação e adensamento da identidade quilombola dos comunitários, houve uma série de ganhos de bens e serviços que atendem Deus me Ajude. Algo que, nestas circunstâncias, é considerada uma conquista da luta quilombola, uma vez que resulta da árdua atividade da associação remanescente de quilombo da comunidade. Gerando, ainda que de forma limitada e deficiente, impactos positivos na qualidade de vida das famílias quilombolas de Deus me Ajude.

Seguindo esta linha de pensamento, e buscando exemplificar tais conquistas, os comunitários alegam que, com exceção da escola, os serviços e atendimentos fornecidos em Deus me Ajude, foram obtidos por meio da atuação da associação remanescentes de quilombos. Portanto, desde a abertura da estrada de acesso a comunidade, perpassando os projetos de extensão rural, por exemplo, que atenderam e atendem a comunidade, resultam do árduo desempenho da referida associação.

“Aí foi que eu comecei a cobrar, ameacei ir no ministério público se eles não fizessem a ponte e a escola. Ai foi que fizeram ao mesmo tempo, ponte e escola!”. [...]. “Por nós cobrarmos mais as coisas chegam pra gente! As coisas chegam bem rápido!”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 26 anos.).

Vale destacar, ainda, que a associação remanescente de quilombos, por constituir um dos primeiros passos no árduo caminho da titulação, desempenha um papel central no processo de demarcação e titulação do território da comunidade.

5 O QUILOMBO DEUS ME AJUDE E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Os conflitos socioambientais com os quais padecem os comunitários de Deus me Ajude afetam, diretamente e centralmente, as atividades de trabalho locais. Por estes motivos, a presente seção, ao discutir os elementos que compõem os conflitos socioambientais, designará sensível atenção a estas atividades, que, pelos conflitos, sofrem limitações a seu desenvolvimento pleno. Além disso, haverá um esforço em construir uma tipologia de tais conflitos na comunidade em apreço.

5.1 ATIVIDADES DE TRABALHO EM DEUS ME AJUDE

Na comunidade Deus me Ajude as atividades de trabalho centram-se, basicamente, em: (5.1.1) criação de animais, (5.1.2) agricultura e (5.1.3) extrativismo animal e vegetal. Os recursos obtidos com estas atividades, em linhas gerais, destinam-se a alimentação, troca e comércio; sendo todas formas que visam à manutenção familiar. Isto porque, embora parte destes recursos não se destine diretamente a alimentação, as trocas e o comércio objetivam a aquisição de bens e produtos que tais atividades não fornecem, mas as quais os comunitários demandam para sua reprodução e produção sociocultural.

As atividades mencionadas diferem-se ao longo do ano, principalmente entre as estações de inverno e verão amazônicos¹². Segundo os comunitários, o período do verão amazônico constituía-se como o de maior abundância na comunidade, isto porque, os recursos disponíveis neste período são de elevado valor nutricional e comercial. Todavia, a situação de abundância característica do verão vem sendo modificada, não pela falta de disponibilidade dos recursos, mas pelas restrições e impedimentos de acesso impostas por fazendeiros locais, algo que modifica o cotidiano da comunidade.

“Tem uma diferença entre o inverno e verão na questão das práticas e com relação à alimentação. Porque na época do inverno [...], é bem mais farto na alimentação, tem mais frutas, aparece mais peixes aqui

¹² O que se convencionou a chamar de estações do ano, na região amazônica, se refere, principalmente, à incidência de chuvas ao longo do ano. Assim sendo, enquanto nos meses de dezembro a maio – inverno amazônico -, são registrados níveis mais elevados de chuva; de junho a novembro – verão amazônico-, estas taxas caem dando espaço a um período com menos chuvas ou mais seco.

perto. Quando chega do verão, já fica mais dificultoso, por causa dos fazendeiros, né? [...]. Aí como já vai tendo mais dificuldades, some já mais o dinheiro, o dinheiro já some um pouco. Aí já começa a tirar o fiado nas tabernas pra pagar no final do mês com o bolsa família.”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 26 anos).

Ainda considerando os períodos de inverno e verão amazônicos, é notória a diferença no acesso a recursos oriundos das atividades de extração e coleta entre as estações, conforme evidencia o Quadro 5-1.

Em contraponto, a agricultura e a criação, mesmo havendo relativa distinção entre os períodos citados, trata-se de atividades que podem ser desempenhadas continuamente ao longo do ano.

Quadro 5-1 - Representação das principais atividades de extração e coleta desenvolvidas pelos comunitários de Deus me Ajude, Salvaterra, Ilha de Marajó/PA.

ESTAÇÃO	ATIVIDADE/ RECURSO
Inverno amazônico	“Pesca de perto”, extração de junco, óleos (vegetais e de bicho) e coleta de bacuri;
Verão amazônico	“Pesca de longe”, extração de açaí e bacaba;

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, junho de 2018.

As atividades de criação de animais, agricultura e extrativismo, embora frequentes, não são desenvolvidas na mesma proporção. Cada comunitário inclina-se a prática de uma atividade de trabalho ou outra. Neste sentido, enquanto uns caracterizam-se quanto pescadores, outros são agricultores e assim por diante. Surge daí a importância das trocas na comunidade, tornando possível o acesso aos diferentes recursos entre os comunitários. O pescador troca o pescado, o agricultor a farinha; o extrativista o açaí e assim, além da construção de laços sociais de reciprocidade, há circulação dos produtos necessários a manutenção familiar na comunidade.

“Graças a Deus aqui nessa comunidade nós temos muito isso, de o senhor pegar o peixe, eu tenho a farinha, o senhor vai me da o peixe em troca da farinha. [...]. Já tem o do almoço! Ai vai pensar só o almoço do outro dia!”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 26 anos).

“Aqui nessa comunidade a maior parte somo unido! Assim, por exemplo, ele aqui já dá um peixe pra um, um peixe pra outro e vai repartindo, cada um leva o seu pouco, aí já acaba ajudando aquela outra família, entendeu?”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Trabalhador, 25 anos).

Com o crescimento populacional e, portanto, estrutural de Deus me Ajude houve a supressão da vegetação local, algo que gerou o afastamento dos animais pela ausência de habitat, diminuindo, por conseguinte, a obtenção de caças nas proximidades da comunidade. Na região eram encontradas facilmente: capivara, cutia, paca, preguiça, tatu, veado, entre outros, por exemplo.

5.1.1 CRIAÇÃO DE ANIMAIS

As terras que compõe a comunidade quilombola Deus me Ajude, são definidas quanto campo de criação. Segundo os comunitários, o atributo foi designado levando em consideração, desde a formação desta comunidade, a centralidade da criação de animais entre as demais atividades praticadas em Deus me Ajude.

De certo, com o passar dos anos, as demais atividades tornaram-se mais frequentes, contudo, mesmo em menor intensidade, a criação permanece entre as principais atividades de trabalho da comunidade em apreço.

O gado bubalino é frequente em Deus me Ajude, compondo a paisagem do lugar, conforme evidencia a Figura 5-1.

Figura 5-1 - Gado bubalino caminhando pela comunidade Deus me Ajude, Salvaterra, Ilha de Marajó/PA.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, junho de 2018.

As criações, assim como os demais recursos obtidos com as atividades de trabalho na comunidade, destinam-se a alimentação e ao comércio. Assim, enquanto galinhas, patos e porcos destinam-se, majoritariamente, a alimentação familiar quilombola; gados (bovino e bubalino) e cavalos volta-se ao comércio.

5.1.2 AGRICULTURA

Atualmente, em Deus me Ajude, a agricultura baseia-se nos cultivos de mandioca e abacaxi. Dos cultivos de mandioca (Figura 5-2) derivam: farinha d'água, farinha de tapioca, goma de tapioca, tucupi e, ainda, folha da maniva moída, os produtos são destinados, quase em sua totalidade, a alimentação familiar, sendo comercializadas pequenas quantidades; já os de abacaxi (Figura 5-3; Figura 5-4) visam, centralmente, a comercialização.

Figura 5-2 - Roça de maniva/ mandioca na comunidade Deus me Ajude, Salvaterra, Ilha de Marajó/PA.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, junho de 2018.

Figura 5-3 - Roça de abacaxi na comunidade Deus me Ajude, Salvaterra, Ilha de Marajó/PA.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, junho de 2018.

Figura 5-4 - Colheita de abacaxis por comunitários de Deus me Ajude, Salvaterra, Ilha de Marajó/PA.



Fonte: SOUZA, 2017, p. 17.

Os cultivos de mandioca e abacaxi diferenciam-se (quase) opostamente, enquanto o primeiro permite a associação dos cultivos de pimenta de cheiro, maxixe, jerimum, melancia e milho, por exemplo; o segundo se dá isolado, na condição de monocultivo. Algo que assume contornos preocupantes ao considerar que os plantios de mandioca, e, portanto, os que são desenvolvidos de modo associado, estão sendo reduzidos em virtude do crescimento exponencial dos cultivos de abacaxi.

“Eles acham que é melhor o abacaxi pelo fato de ser muito vendável, que a mandioca não deixa de ser porque da mandioca tudo se aproveita, né? Eu só não acho certo, como eu vinha conversando aquele dia com você, porque acaba eles perdendo, porque não tem o custo financeiro alto para comprar adubo, pra comprar pra manter a roça, né? E é assim, eu acho que é por essa parte que eles pensam, que a mandioca não dá lucro e o abacaxi dá, mas se fosse a roça de mandioca ia sair o maxixe, ia sair a melancia, porque eles acabam aproveitando e plantando junto, porque num tem nada haver pode plantar junto [...], eu planto a mandioca e ao mesmo tempo, ao meio eu vou colocando as outras plantas, as outras sementes. [...]. Antes era mais comum esse tipo de atividades, entendeu? Na agricultura. Hoje o abacaxi, claro faz parte, mas eles estão mais focados no abacaxi por causa da renda, por causa do lucro que eles acham que é mais alto.”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 40 anos).

Os comunitários reconhecem que os plantios de abacaxi são exóticos e que, por isso, demandam mais atenção e investimentos. Além disso, o cultivo

de abacaxi demanda o uso de produtos tóxicos (adubos químicos para o rápido crescimento e venenos pulverizadores para o controle de doenças e insetos), que oferecem riscos extremos a saúde, mas relatam que a relativa facilidade em escoar a produção, o que gera ganhos financeiros imediatos, favorece o desenvolvimento dos plantios de abacaxi em detrimento dos de mandioca.

Algo marcante em relação a agricultura em Deus me Ajude, refere-se a necessidade de construção de cercas para resguardar os plantios, sejam eles de mandioca ou abacaxi. Por se tratar de uma comunidade que se constituiu quanto campo de criação, os animais de cria são mantidos soltos pelas terras, facilitando a invasão destas as áreas de cultivo, o que acarreta sérios prejuízos ao dono do plantio invadido. Neste sentido, pela ausência de vegetação para extração de madeira, esta cada vez mais difícil cercar as áreas de cultivos, algo que tem gerado a diminuição da realização de cultivos na localidade.

“Têm que fazer cerca, por causa dos bichos... Tem porco, tem gado, né? E se a gente não cercar, mas ante até não fazer, porque eles entram, né? Aí depois que tiver cercado aí que vai plantar a roça.”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Trabalhador, 57 anos).

Como posto anteriormente, a agricultura é desenvolvida ao longo do ano, contudo, cabe frisar que, durante o inverno amazônico os cultivos desenvolvem-se melhor, sendo, portanto, o final deste período o momento oportuno para a colheita, até porque as altas temperaturas do verão, associado a diminuição da frequência de chuvas, podem gerar danos e perdas aos plantios.

5.1.3 EXTRATIVISMO ANIMAL E VEGETAL

As atividades extrativistas em Deus me Ajude centram-se, majoritariamente, em: (5.1.3.1) pesca; (5.1.3.2) extração de açaí e (5.1.3.3) coleta de bacuri. É evidente que outros frutos e frutas, por exemplo, também são extraídos e coletados por estes comunitários. Todavia, considerando que estes recursos naturais são os mais afetados pelos conflitos socioambientais locais, além de serem os mais necessários a produção e reprodução quilombola, a descrição em relação ao extrativismo se limitará a tais recursos.

5.1.3.1 Pesca

As atividades pesqueiras, consideradas uma forma de extrativismo, são praticadas ao longo do ano, diferenciando-se em dois momentos: a pesca de perto (inverno amazônico) e a pesca de longe (verão amazônico).

No tocante aos métodos de captura do pescado, ambas são consideradas “pesca artesanal”, tendo por característica embarcações de pequeno porte, rabetas e botes, redes, tarrafas, linha de mão e o uso mão de obra familiar ou de amigos (NOGUEIRA, 2005; LEÃO, 2016).

As Figura 5-5 e Figura 5-6 ilustram o cotidiano da comunidade, na primeira o pescado chegando a Deus me Ajude, na segunda as redes de pesca secando ao sol.

Figura 5-5 –Porto de Deus me Ajude, Salvaterra, Ilha de Marajó/PA.



Fonte: SOUZA, 2017, p. 12.

Figura 5-6 - Redes de pesca estendidas ao sol - Comunidade Deus me Ajude, Salvaterra, Ilha de Marajó/PA.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, junho de 2018.

A pesca de perto é nomeada assim por acontecer nos rios, igarapés e córregos próximos à comunidade. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência que garante a alimentação das unidades familiares, principalmente, no período chuvoso, ou inverno amazônico, devido à proibição da pesca pela lei do defeso¹³. Neste período, o quantitativo de recursos obtidos não é elevado, por isso, embora, quando possível, quantias excedentes sejam destinadas a comercialização, esta é uma prática que atende, basicamente, a alimentação familiar.

Por outro lado, a pesca de longe, caracteristicamente, acontece na região dos lagos que se formam nos campos das fazendas na região do rio Do Saco, município de Soure, Ilha de Marajó/PA. Daí ser nomeada como pesca de longe, por ocorrer em áreas distantes da comunidade. Contudo, diferentemente da modalidade de pesca descrita anteriormente, nesta são obtidas elevadas quantidades de pescado. Tratando-se de uma prática que atende, primordialmente, a comercialização. Portanto, os recursos obtidos são

¹³ A Lei do defeso (Lei 7679/88) proíbe a pesca nos cursos d'água, águas paradas ou mar territorial de todo o território nacional durante o período de reprodução da fauna íctica, ficando excluído desta lei os pescadores artesanais e amadores que pescam com vara, linha de mão ou linha e anzol. A lei menciona ainda multas e atribuições de fiscalização a órgãos federais.

destinados a geleiros - comerciantes atacadistas, denominados desta forma por possuírem barcos de pesca, vulgarmente, chamados de geleiras, capazes de conservar toneladas de pescado destinado, majoritariamente, aos centros urbanos-, e marreteiros - comerciantes varejistas que comercializam o pescado apenas na região do Soure e Salvaterra.

O Quadro 5-2 apresenta os métodos de capturas e espécies da região.

Quadro 5-2 - Métodos de captura e espécies na região marajoara – pesca de perto e pesca de longe – Comunidade Deus me Ajude, Salvaterra, Ilha de Marajó/PA.

MÉTODOS DE CAPTURA	ESPÉCIES CAPTURADAS
Tapagem, malhadeira, tarrafa e vara com anzol e isca.	Acará, acari, anujá (cachorrinho de padre), apaiari, aracu, bacu, bagre, barba-chata (filhote), cangata, dourada, gurijuba, jacundá, jiju, mandubé, pescada, piaba, piraíba, piranha, pirarucu, tamuatá, traíra e tucunaré.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, junho de 2018.

Todavia, importa dimensionar que os comunitários pescadores alegam que nos último 20 anos, aproximadamente, têm acontecido a redução gradual e contínua da piscosidade dos rios, igarapés e córregos próximos à comunidade. esta mudança é atribuída ao crescimento populacional da Ilha de Marajó e a inserção de novas tecnologias de pesca, como as redes de emalhar de nylon (espécie de plástico leve e resistente) e de malhos de tamanhos menores, por exemplo. Algo que elevou, abruptamente, os níveis de exploração dos recursos pesqueiros da região, em proporções maiores à do ambiente de renovar-se. Com isso, criou-se uma maior necessidade em buscar áreas mais afastadas, neste caso, a região dos lagos do campo, para obtenção de recursos que demandam as famílias quilombolas.

5.1.3.2 Extração de açáí

A extração de açáí é praticada nas dependências de Deus me Ajude e suas adjacências, contudo, trata-se de um quantitativo baixo em relação ao demandado pelas unidades familiares da comunidade. Daí, os comunitários, frequentemente, deslocarem-se para a região do rio São Lourenço, onde há um extenso e abundante açazal.

Do total obtido nesta atividade, maior parte é destinada a alimentação familiar, sendo comercializada somente a quantia excedente. O excedente é, na maioria das vezes, destinado a marreteiros e pequenas empresas que

durante a safra vão à comunidade em busca do recurso. Há aqueles que preferem deslocar-se até a área urbana de Salvaterra/Ilha do Marajó para comercializar as rasas num preço mais alto, ou ainda, os que optam por comercializar o produto já beneficiado para agregar ainda mais valor. O beneficiamento deste fruto consiste na “batida” do fruto, o qual é realizado por meio de máquina elétrica, manual ou com as mãos.

Todavia, relação dos comunitários com o açaí e, por conseguinte, com os açazais, vem se modificando. Isto porque, nos últimos 10 anos, aproximadamente, com a valorização do açaí, o fruto que antes era consumido (quase) unicamente pela população da região amazônica, considerando os hábitos alimentares do local, passou a ser cobiçado por diferentes grupos. Em decorrência desse processo, o açaí ganhou status de produto comercial elevando, com isso, os interesses econômicos de grupos antes apáticos ao fruto (PONTE, 2013).

5.1.3.3 Coleta de bacuri

A coleta de bacuri acontece de modo semelhante à extração de açaí. A atividade é desempenhada nas dependências da comunidade, onde há algumas áreas de bacurizal. Contudo, constantemente, os comunitários buscam outras áreas objetivando a obtenção de um maior quantitativo do recurso uma vez que os bacurizais mais abundantes, que serviam a comunidade, foram incorporados a fazendas confinantes ao longo dos anos com o avanço das cercas dos fazendeiros. Seguindo os princípios dos demais recursos naturais obtidos, as quantias obtidas se destinam, centralmente, a alimentação familiar quilombola, sendo comercializado o excedente.

5.2 TIPOLOGIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM DEUS ME AJUDE

No quilombo Deus me Ajude os conflitos afetam diretamente as práticas de trabalho dos comunitários, em diferentes intensidades, algo que tem provocado severas mudanças no modo de vida quilombola, distinguem-se em: (5.2.1) de Conflitos por terras e (5.2.2) de Conflitos por recursos naturais, conforme apresentado no Quadro 5-3.

Quadro 5-3 - Tipologias de classificação dos conflitos socioambientais - Comunidade Deus me Ajude, Salvaterra, Ilha de Marajó/PA.

TIPOLOGIA	DESCRIÇÃO	ATIVIDADES DE TRABALHO AFETADAS
Conflitos por terras	Avanço das cercas das fazendas confinantes para o interior do território da comunidade.	Agricultura e criação de animais.
Conflitos por recursos naturais	Impedimentos e restrições de acesso a áreas de uso comum, limitando o uso e apropriação dos recursos naturais locais.	Pesca de longe, extração de açai e coleta de bacuri.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, junho de 2018.

De saída, embora os conflitos marquem, historicamente, as relações entre os grupos locais marajoaras, em Deus me Ajude, é notório que, tais conflitos se intensificam após os anos 2000. No âmbito da disputa por terras, se atribuí esta intensificação ao surgimento do movimento quilombola nas comunidades de Salvaterra; e no que se refere aos recursos naturais, a valorização comercial dos mesmos.

Importa relatar que, os conflitos socioambientais com os quais padecem os comunitários de Deus me Ajude envolvem a maioria dos fazendeiros confinantes da região. Todavia, há alguns com os quais a comunidade não possui desacordos, estabelecendo relações consideradas amigáveis e harmônicas.

5.2.1 CONFLITOS POR TERRAS

Estudos realizados na região evidenciam que o avanço das cercas de fazendeiros confinantes rumo ao interior do território das comunidades quilombolas, o que leva a perda de porções dos territórios, acontece historicamente. Todavia, em Deus me Ajude este processo, principalmente a intensificação, é posterior ao surgimento e adensamento do movimento quilombola no município. Para os comunitários, com a eminência do movimento quilombola e, portanto, a possibilidade de demarcação e titulação dos territórios quilombolas, o grupo de fazendeiros sentiu seus interesses ameaçados. Daí, objetivando resguardar suas propriedades, e em algumas situações torná-las maiores, para que no momento da demarcação do território vizinho seus limites estivessem definidos, os fazendeiros passaram a erguer novas cercas.

“Eles queriam, como surgiu à questão quilombola em Salvaterra, eles precisavam fazer logo as delimitações deles. Foram intencionadas! Vamos ter que cercar, porque como eles não conhecem até onde é deles [...]. Enquanto mais crescia (o movimento quilombola) mais cercas cresciam! [...] Eles avançaram muito! Se tu andar em Deus Ajude, bem aqui atrás, bem aqui próximo, já tem uma cerca, fazenda! A fazenda vem dentro da comunidade! [...]. E hoje eu brigo, porque eles não têm todas essas terras. A fazenda começa lá na beira do rio de mangueiras e vem até aqui! E essas terra é tudo nossa! [...]. Então assim, eu entendo hoje que eles sentiram raiva, sentiram raiva por conta disso! E foi então que eles começaram a brigar com as pessoas que eram de frente, que uma delas era o meu tio (Lair), até arma chegaram a puxar pra ele. Eles (fazendeiros) se sentiram ameaçados de várias formas!”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 26 anos).

“Por mais que tem pessoas aqui na comunidade que diz que não, que tá errado, porque isso daí foi nossos antepassados que deixaram, isso daí os fazendeiros já invadiram a metade aqui, que tudo isso fazia parte aqui pra comunidade, mas no ponto de vista que a gente vê, eles tão lá com a cerca deles, eles tão alegando que é deles então pra gente entrar lá a gente tem que pedir licença. [...] pertence pra cá pra comunidade. As cercas vem mais aqui, entra na comunidade. Que é isso que a gente tem uns processos no INCRA esperando a demarcação, né? É por isso que eu penso assim, que antes de sair, que agente espera que saia a demarcação, acho que enquanto não acontece isso pra gente entrar na fazenda eles a gente tem de pedir licença pra gente ficar com a razão!”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 39 anos).

Assim, o movimento quilombola em Salvaterra que surge empenhado em acionar os direitos territoriais das comunidades; e que busca, portanto, reaver as porções do território quilombola perdidas, desencadeou um processo que acentuou a problemática fundiária local. Instituído uma série de novas sobreposições entre os territórios quilombolas e as propriedades dos fazendeiros confinantes.

Neste sentido, o movimento quilombola gerou mudanças marcantes na relação entre os comunitários quilombolas e os fazendeiros. Isto porque, como a emergência do movimento na região, paulatinamente, o grupo quilombola ao torna-se conhecedor de seus direitos territoriais, passa a não aceitar os desmandos dos vizinhos fazendeiros. Algo que provocou a acentuação da conjuntura local.

“Eles passaram a respeitar mesmo! Até porque, é aquela situação que tava te falando, os mais antigos eles tinham aquela situação, se veio o fazendeiro passar a cerca ali, “ah, deixa pra lá! Deixa ele ficar!”. Todo aquele negócio de deixa pra lá. E hoje nós não somos mas assim. A gente tenta lutar, “não aqui você não tinha, eu me entendi a sua cerca não era aqui, meu avô falava que era pra lá! Tem documento? Tem documento sim!”. Só que tem essa história, pra

gente ter toda a certeza e nossa segurança, a gente tem que ter esse bendito título definitivo das terras que é o que a gente ainda luta pra conseguir.” (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 40 anos).

“Mudou muita coisa, mudou tudo! Assim porque, é como eu to te dizendo, como te falei ainda agora, aqueles mais antigos, era tudo que vinha era aquele tal de deixa pra lá, hoje se vier qualquer pessoa querer fazer, vender ou tipo “vou fazer uma casa ali, vou fazer”, alguém desconhecido, “não, não pode!”, a gente não deixa. [...]. Mas tudo que venham a fazer, trazer, eles participam a associação.” (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 40 anos).

Por estes motivos, é notório que o movimento quilombola modificou a realidade cotidiana local. E, embora sejam corriqueiros os relatos em que o movimento quilombola seja apontado quanto criador de conflitos, na verdade, o movimento apenas tornou patente todas as divergências e contradições entre quilombolas e fazendeiros.

Os comunitários alegam, ainda, que passada a fase do surgimento do movimento quilombola, em que se disseminou o debate relativo ao direito a demarcação e titulação do território quilombola, o avanço das cercas tornou-se menos frequente. Isto porque, os fazendeiros são conhecedores da legitimidade da luta quilombola e, portanto, passaram a, em certa medida, respeitar a existência dos comunitários quilombolas. Todavia, não significa que o grupo de fazendeiros tenha deixado de impor e sobrepor seus interesses, as porções do território quilombola que foram incorporadas as propriedades permaneçam sob seus domínios; mas, em contrapartida, passou, em algumas situações, por exemplo, a acionar a associação remanescentes de quilombos para negociar questões relacionadas a comunidade.

“Eles respeitam muito aqui pra comunidade! De primeiro não eles entravam, faziam o que queriam, porque eles eram os patrão, né? Eram os chefe, essas coisa. Agora não, eu no meu ponto de vista mudou muito sim. Quando tem alguma coisa assim, sempre eles perguntam se tem presidente, quem é o presidente e tal, eles procuram, né?”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 39 anos).

Neste sentido, embora falte a Deus me Ajude a demarcação e titulação do território, a fundação e a atuação da associação remanescentes de quilombos trouxe relativa segurança em relação aos direitos fundiários da comunidade.

O avanço das cercas, portanto, têm provocado severas mudanças no modo de vida e trabalho pela pressão e redução do território da comunidade; afetando, principalmente, as atividades de criação e agricultura que demandam espaço disponível a seu desenvolvimento.

Além da questão relacionada à extensão territorial da comunidade, algo que tem gerado prejuízo e danos, principalmente a agricultura, é a invasão do gado dos fazendeiros à comunidade. Acontece que, frequentemente, o gado das fazendas vizinhas adentra os espaços das roças e destroem, ou pelo menos danificam, as plantações. É claro que isto também acontece com os animais de criação dos comunitários, mas o que se quer destacar com esta fala é que embora os fazendeiros busquem incessantemente a afirmação dos limites de suas propriedades para que os comunitários não acessem tais áreas, não tem respeitado os limites do território da comunidade.

Ainda em relação ao desrespeito com os limites do território da comunidade, um caso, extremamente, emblemático, embora não afete as atividades de trabalho locais, algo que se relaciona ao escopo da pesquisa, é a problemática que circunda o antigo cemitério da comunidade. Acorre que, em determinado espaço se estabeleceu o cemitério de Deus me Ajude, mas a partir de certo momento o fazendeiro da fazenda Santa Rita mandou que seus empregados cercassem o espaço, que é confinante as suas terras, é determinou que tais terras também na composição de sua propriedade. Desde então, os sepultamentos passaram a ser realizados em outros cemitérios da região, angustiando os comunitários pela impossibilidade de cultuar seus mortos.

Por fim, importa destacar, uma vez que os limites da comunidade são, basicamente, marcados pelos rios, que os comunitários quilombolas relatam, e lutam pela titulação de seu território por acreditam, que o avanço das cercas será invalidado pelo estudo antropológico, que precede a demarcação do território da comunidade.

5.2.2 CONFLITOS POR RECURSOS NATURAIS

No que se refere aos recursos naturais, a problemática se situa, basicamente, em torno da (5.2.2.1) pesca, (5.2.2.2) extração de açaí e (5.2.2.3) coleta de bacuri. Ocorre que os fazendeiros locais, em vistas a obtenção de ganhos financeiros, tomam os espaços de forma privada para posterior arrendamento. Ao estabelecer estas transações, os fazendeiros, juntamente com seus arrendatários, mantêm, permanentemente, seguranças armados para impedir o acesso aos recursos naturais das áreas em apreço.

“A realidade é essa, nas terras deles ninguém pode entrar, ninguém pode juntar um bacuri, ninguém pode apanhar um açaí, ninguém pode fazer nada! Mas quando é pra cá, eles querem, por exemplo, pisar na gente só porque a gente não tem, por exemplo, um recurso pra correr atrás dos nosso direito, tá entendendo?”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Trabalhador, 25 anos).

“Se o segurança lhe pegar juntando, ele toma! Que o dono já arrendou tudo pra ele, ele tá lá, ele comprou aquela fruta na árvore. [...]. Se ele pega a senhora ajuntando, ele vai tomar. Se a senhora dizer que não vai entregar eles vai da parte da senhora, aí como que a senhora vai pegar aquela fruta?”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Trabalhador, 46 anos).

A única circunstância em que os comunitários são permitidos de acessar tais áreas é se antes for feito um acordo com os fazendeiros e/ou arrendatários, e os recursos obtidos forem integralmente repassados aos mesmos. Contudo, nestas condições, além do valor pago ser extremamente baixo e nenhuma quantia destinada a alimentação familiar, os comunitários quilombolas acabam tornando-se apenas trabalhadores dos fazendeiros/arrendatários, ao perderem sua autonomia.

Entre os períodos de inverno e verão amazônicos há significativa mudança nas atividades de trabalho em Deus me Ajude, como já foi descrito anteriormente. Assim, considerando que o verão é o período de safra de açaí e da realização da pesca de longe, este momento do ano se constituiu como o de maior fatura de recursos naturais e, portanto, alimentícios e financeiros. Entretanto, pelas proibições e limitações de acesso às áreas em que tais recursos se encontram, durante o verão amazônico há a intensificação dos conflitos e, por conseguinte, dos enfrentamentos entre fazendeiros, arrendatários e quilombolas. Isto porque, é neste momento, buscando

resguardar os recursos, que os fazendeiros e/ ou arrendatários aumentam a segurança nas áreas.

Segundo os comunitários, para explicar a permanência dos seguranças nas áreas em apreço, os fazendeiros e arrendatários alegam que a fazem para coibir os roubos de gado. Todavia, essa prática (de acusação de roubo de gado) é frequente em Marajó, tanto hoje quanto no passado; sendo, na verdade, o argumento encontrado para justificar as inúmeras atrocidades contra a população desfavorecida da região.

E mais, a problemática dos conflitos é acentuada porque as restrições e impedimentos, além das atividades de pesca, extração de açaí e coleta de bacuri, por exemplo, também afetam a realização da caça nas adjacências das áreas em questão. Isto porque, trata-se de áreas com alta disponibilidade de animais de caça, mas que não podem ser acessadas pelas proibições e impedimentos impostos. Logo, embora as caças não sejam objeto de desejo dos fazendeiros e arrendatários, tal prática termina sofrendo os efeitos dos interesses que envolvem outros recursos. Importa pôr em evidência que, nas mediações das residências quilombolas, no passado era possível realizar a caça, contudo, com os anos, e a supressão vegetal local, estes animais paulatinamente foram afastando-se, inviabilizando a tal prática nestes espaços.

As áreas em conflito são, portanto, dotadas de alta disponibilidade de diferentes recursos. Algo que segundo os comunitários torna as áreas possíveis de viabilizar os interesses de comunitários e fazendeiros com seus arrendatários. Falam isso com base, por exemplo, na grande perda de peixe e açaí, por exemplo. Isto é, os comunitários alegam que, em toda safra os fazendeiros e arrendatários, mesmo contratando um expresso número de trabalhadores, não conseguem efetivamente explorar os recursos disponíveis, o que causa alta mortalidade de peixes, por estarem represados, e estrago de açaí, por extrapolar o período de apanha. Desperdício que, segundo os comunitários, é suficiente para atender as demandas por recursos das famílias quilombolas.

“Eles vão! Eles vão! Mas, as vezes, até se arriscando... as vezes, até se arriscando porque eles colocam vigia, entendeu? E se os vigia “vere” a senhora com o peneiro de açaí eles vão e tomo, seu açaí,

entendeu? Aí se for preciso ele tomo e jogo até pra água. [...]. Numas alturas dessa tem risco até de sair morte, porque já pensou a senhora ir com a sua canoa cheia de açaí e os seguranças pega seu açaí e levar ou então jogar pra água? E a senhora com seus filhos pra dar o que comer e o que beber, entendeu? É isso que fazendeiro estão fazendo com as pessoa mais carente, entendeu? Que não era pra eles fazerem isso! Olha tem um lago pra cá, do Reginaldo pra cá, que tem muito peixe, mas vai entrar pra ir! Morre peixe, mas ele não dá. E é água corrente, né? Enchente e vazante!”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Trabalhador, 57 anos).

Nestas circunstâncias, os modos de produção e reprodução das famílias quilombolas são ameaçados pela ação dos fazendeiros locais, em conjunto com os arrendatários, afetando, com isso, a quantidade de recursos obtida pelos comunitários quilombolas; que, muitas vezes, tem sido insuficiente para satisfazer as necessidades e demandas da comunidade, por não ser a mesma de outrora.

Importa frisar que as áreas em questão são apropriadas pelos comunitários quilombolas ao longo dos anos, constituindo um direito mediante o trabalho investido. Isto porque, o trabalho ao instituir uma “impressão de uma marca sobre a terra, dá ao sujeito o direito ao uso do território, constituindo-o como proprietário da terra na qual trabalha, cultiva, planta e gera, com esse ato, produtos que alimentam o grupo familiar e suas relações sociais. (CARDOSO, 2015, p. 86).

5.2.2.1 Pesca

Durante o verão amazônico, é época da pesca nos lagos. Os peixes sobem e os comunitários pescadores deslocam-se até a região dos lagos para pescar. Contudo, tendo em vista o arrendamento futuro, no final do inverno amazônico, os fazendeiros constroem cercas e, principalmente, aterros¹⁴ para represar o peixe. Fazem isto objetivando a criação de reservas de recursos para o posterior arrendamento e exploração. Assim sendo, tanto os fazendeiros como os arrendatários, passam a impedir o acesso as referidas áreas, com o apoio de seguranças armados, pois isto levaria a perda dos recursos obtidos na transação.

¹⁴ Construídos no fim do período do defeso, quase sempre no mês de maio, momento em que o peixe desce para o rio após a desova. E, rompendo-se no período chuvoso, mês de março, com a força d'água.

Na Figura 5-7 é apresentado um esboço que representa as áreas dos lagos, onde são construídos os aterros para impedir o acesso.

Figura 5-7 - Representação da área onde formam-se os lagos do campo.



Fonte: LEÃO, 2016.

Importa dimensionar que os conflitos em envolvem a pesca, centram-se, majoritariamente, na região do rio Do Saco. Nesta região, ocorre que, a pesca no rio propriamente e nos córregos que levam aos lagos pode ser realizada livremente. Entretanto, considerando que o pescado é represado pelas cercas e/ou aterros, as áreas disponíveis para a pesca não dispõem de piscosidade satisfatória à demanda dos comunitários pescadores.

E, ainda, destacar que embora a problemática dos aterros seja relativamente recente, por ter se intensificado nos últimos anos, a prática de “fechamento dos lagos”, por fazendeiros, é bastante antiga. Segundo relatos, antes da construção de aterros, há aproximadamente 20 anos, eram construídas “tapagens de pari”¹⁵ que, igualmente aos aterros, objetivavam impedir o acesso aos lagos e a retenção de peixes nas áreas fechadas (criando

¹⁵ Consiste na técnica de cruzar o curso d’água com o pari, espécie de esteira feita de talas, impedindo, assim, a fuga dos peixes.

uma reserva), mas não impediam o curso natural das águas como fazem os aterros.

5.2.2.2 Extração de açaí

Em relação a extração de açaí, a problemática dos conflitos se iniciou, como descrito anteriormente, a partir da valorização comercial do fruto. Isto é, com a valorização do açaí no cenário comercial, os fazendeiros possuidores de açazais contíguos as suas propriedades passaram a arrendar estes espaços. O tal arrendamento, segundo os comunitários, começou de maneira isolada a algumas propriedades, mas rapidamente se propagou entre os fazendeiros, devido aos ganhos financeiros auferidos com a prática. O arrendamento destas áreas se dá seguindo a mesmas regras dos conflitos que envolvem a pesca, portanto, o arrendatário obtém seus lucros sem apreender muitos esforços e o fazendeiro, por meio de relações de amizade e confiança com o arrendatário, cede o espaço para exploração a ser realizada pelos trabalhadores contratados pelo arrendatário. Levando, com isso, ao impedimento de acesso dos comunitários quilombolas, por estarem fora do acordo do arrendamento.

Segundo relatos, a principal área em que conflitos desta natureza acontecem é na região do rio São Lourenço, onde há um abundante açazal que serve as comunidades. A assertiva não significa, é claro, que conflitos desta origem se limitem a esta localidade, mas que é a área que concentra a maior frequência destes casos.

“É pra i que quando a gente vai eles querem tomar o açaí da gente! Por que no direito até onde a maré lava é nosso, né? Até onde a água joga é direito nosso de apanhar o açaí. Mas eles não, não querem esse acordo. Nem bem a gente vai chegando a rabetá no barranco, eles tão mandando a gente sair fora!”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Trabalhador, 53 anos).

Objetivando impedir o acesso dos comunitários aos açazais às margens do rio São Lourenço, os seguranças também têm criado restrições no tráfego e pesca no rio. Isto é, embora o rio e os recursos pesqueiros presentes não sejam ambicionados pelos fazendeiros e/ou arrendatários desta região, mesmo pela baixa piscosidade, acabam envolvendo-se nesta problemática. Neste sentido, pela forma acentuada que tal problemática assumiu, a presença de seguranças tem provocado sérias disputas e enfrentamentos, tornando-se

rotineiros os confrontos entre quilombolas e seguranças, onde diversas pessoas são ameaçadas, agredidas e perseguidas.

“Do São Lourenço pra cá, porque pra lá ninguém pode ultrapassar mais, porque eles põe seguranças e esses tipo de coisa. [...]. Por que assim, o dono (se referindo ao fazendeiro) renda pro cara, o cara põe segurança e pronto!”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Trabalhador, 25 anos).

Importa destacar que, segundo os comunitários, na fazenda Santo André, por exemplo, a extração de açaí é realizada pelos próprios seguranças. Isto é, não há a figura do arrendatário, os próprios seguranças realizam a extração do açaí e comercializam, ficando com os lucros como forma de pagamento dos serviços prestados ao fazendeiro.

5.2.2.3 Coleta de bacuri

No que se refere à coleta de bacuri, as questões relativas aos impedimentos e proibições, praticamente se reproduz o ocorrido com a extração de açaí. Assim sendo, pela alta disponibilidade do recurso com significativo valor comercial, os fazendeiros locais arrendam os espaços para exploração. Os arrendatários, empenhados em satisfazer seus interesses financeiros, mantém seguranças nas áreas para impedir a entrada de terceiros, neste caso, os comunitários quilombolas, para que não haja a saída dos recursos obtidos com o arrendamento.

“Olha o bacuri, o bacuri tem muitas área que tem, mas o próprio dono, o próprio dono renda aquele bacurizal pra uma pessoa, aquela pessoa põe os segurança, pronto nós fica apertado, num pode? Quer dizer que vai impedir de nós, não num posso dar. [...]”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Trabalhador, 46 anos).

“Tem fazendeiros, ao nosso redor! Se eles forem lá pra fazenda do holandês ou do Reginaldo, ou ali pra Dalas, aí tem proibição. Só vai juntar as frutas de lá, se tiver permissão da pessoa que tá reparando mato, onde fica os seguranças, né?”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 40 anos).

Segundo os comunitários, uma das áreas com bacurizal mais abundante localiza-se nas terras da fazenda Alegre, de Reginaldo Angra. Contudo, pelas restrições e impedimentos de acesso, os comunitários são alijados de utilizar tal potencial que por eles vinha sendo feito ao longo dos anos.

5.3 VIOLÊNCIA DECLARADA AOS COMUNITÁRIOS DE DEUS ME AJUDE

Dadas às proporções que os conflitos socioambientais têm atingido na realidade investigada, e com base nestes fatos, ficam evidente as motivações dos inúmeros casos de violências contra comunitários de Deus me Ajude, bem como de comunidades circunvizinhas. Estas violências são expressas de forma verbal e/ ou física e, pela frequência dos casos, compõe o cotidiano destes comunitários.

Assim, buscando justificar as violências impostas aos quilombolas, os fazendeiros com seus arrendatários, argumentam, como dito anteriormente, que mantêm os seguranças nas referidas áreas para coibir a frequente ocorrência de roubo de gados. Com isso, são inúmeros os casos de episódios desta natureza na região.

“E aí as vezes eles pego, esse mesmo homem (referindo-se ao proprietário da fazenda Alegre), ele pega prende todo o material, por exemplo, se ele pega moto ele prende lá na fazenda, liga e chama a polícia. Prende tudinho, ai eles perde tudo! Já perderam rede, bicicleta, as outras comunidades, já perderam canoa tudo. Ele toda tudo, tudo! Tudo que tiver ele toma! [...]. O ruim é ele! Ele é muito ruim assim!”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Trabalhador, 53 anos).

“Um caso bem recente desse tipo aconteceu com um jovem daqui! [...]. Um jovem daqui, Siricari e outras comunidades de próximo de Rosário. Essa foi pro roubos de gado. Como eles estavam pro lago, e na fazenda dele tava sumindo gado, eles (fazendeiros, arrendatários e seguranças) alegaram que eles tinham feito o roubos do gado. [...]”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 26 anos).

“Eu teve um filho e um sobrinho levado preso, assim por tá nas terra dele. [...]. Foi um filho meu e um sobrinho aqui nosso. Ainda acabemo o que nos tinha, vendemo ate roça pra tirar eles injusto. E nada nós pode fazer!”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Trabalhador, 46 anos).

O caso mais recente, apontado pelos comunitários, aconteceu na fazenda Alegre de Reginaldo Angra. Na ocasião, três rapazes de Deus me Ajude, que estava nas mediações da referida fazenda com a pretensão de realizar suas atividades de extração e coleta, ao serem vistos por seguranças foram de imediato acusados de estar praticando roubo de gado. A polícia foi acionada, os rapazes conduzidos à delegacia e mantidos presos por mais de 15 dias, só sendo posto em liberdade mediante o pagamento de fiança.

Os comunitários alegam, ainda, que tal problemática é acentuada por se considerar que nestes casos, além da proibição de acessar as áreas e, portanto, desenvolver suas atividades de trabalho, quando pegos na área e presos, por exemplo, precisam dispor de uma quantia monetária (em reais) que não dispõem, necessitando realizar coleta entre os demais comunitários para retirar do cárcere pessoas que estão sob esta condição de forma injusta.

Por fim, os quilombolas afirmam que padecem com as violências e que, na grande maioria das vezes, os seguranças são extremamente truculentos; mas reconhecem que há casos mais severos em comunidades vizinhas, como Rosário e Bacabal, por exemplo, onde pessoas foram espancadas e sofreram atentados à própria vida.

6 A RELAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS

Por certo, há várias escalas de gestão operantes no território, no caso de estudo na comunidade Deus me Ajude, o modelo abordado privilegia a escala comunitária, que opera (e surge) de modo independente e endógeno, resultando de desdobramentos das condições limitantes geradas pelos conflitos socioambientais.

Todavia, mesmo construindo estes mecanismos e ferramentas para gerir o território e os recursos naturais presentes, os comunitários quilombolas reclamam a ausência, ou ao mesmo a atuação restrita, de órgãos públicos. Daí, a presente seção estar dividida em dois pontos: (6.1) gestão de recursos naturais comunitária, endógena e independente; e (6.2) gestão de recursos naturais da ação pública: críticas e possibilidades. Tal segmentação objetiva descrever este modelo de gestão comunitária; bem como, ressaltar as demandas dos comunitários no que se refere à atuação do Estado junto a gestão do território e dos recursos naturais locais.

6.1 GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS COMUNITÁRIA, ENDÓGENA E INDEPENDENTE

O processo descrito anteriormente, principalmente o que se refere ao adensamento da luta para obtenção de direitos das comunidades quilombolas, provocou a mudança abrupta na relação entre os grupos de fazendeiros e quilombolas. Tal mudança acentuou os conflitos e, por conseguinte, como resposta aos próprios conflitos, gerou a intensificação da organização coletiva dos comunitários; algo que, em última instância, favorece o surgimento de uma forma de gerir o território e os recursos naturais disponíveis aos comunitários.

Isto é, pela existência de limitações e proibições ao acesso e controle de recursos naturais, a totalidade de recursos da região não se encontra a disposição dos comunitários quilombolas. Neste sentido, estando o quantitativo de recursos disponível reduzido, e tendo os comunitários demandas e necessidades a serem satisfeitas, o grupo, visando evitar o esgotamento dos recursos (ainda) disponíveis, cria estratégias organizativas e adaptativas para melhor gerir tais recursos.

Neste sentido, o processo de gestão do território e dos recursos naturais, produzida pelos comunitários e para os comunitários, ao surgir pô dentro das relações sociais cotidianas, se constitui como uma forma de gestão que espelha as demandas e necessidades deste grupo. Que, por não ser pensada, construída e implantada de fora para dentro, se configura como independente e endógena.

Este processo se materializada, por exemplo, quando o grupo quilombola reconhece que determinada área, que segue sob seu domínio, por deter quantidade expressiva de recursos, institui nesta um conjunto de regras para a exploração da mesma. Conjunto este que objetiva suprir não somente as demandas e necessidades imediatas do grupo, mas também em longo prazo.

“Porque nós temos todos um cuidado com uma mata que tem aqui atrás, [...]. é tipo como uma mata de preservação. E nós da comunidade tem todo um cuidado, ninguém tomba uma árvore lá dentro, porque lá é cheio de bacabeira, entendeu? Só é bacabal lá! Aí então, quando é época da bacaba, a gente tem até as época pra tirar pra ninguém estragar tudo. [...]. Assim, a gente não procura estragar, né? Esperar amadurecer pra tirar naquela época, né?”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 26 anos).

“Aí todo mundo vai, junta um pouco e é assim. Aí, por exemplo, eu vou ajunto um pouco, aí depois, quando já ta caindo, outro vai e ajunta, aí depois outro vai. Quer dizer, aí aquelas pessoa, por exemplo, que assim que cultivo, que ajunta o bacuri, aí todo mundo ajunta um pouco, todo mundo vai juntando cada pessoa ajunta um bucadinho, aí é assim que funciona. [...]”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Trabalhador, 25 anos).

Tais regras envolvem principalmente práticas que privilegiam a manutenção da natureza local, realizando formas de uso e exploração baseadas, centralmente, na coleta e extração não predatórias. Portanto, em relação aos recursos vegetais, são desenvolvidas práticas não-madereiras; enquanto no âmbito da pesca, modalidades e/ou materiais de trabalho menos nocivos ao meio.

A atenção e cuidado dos comunitários são tamanhos que a expansão da agricultura, mesmo sendo uma atividade com estimável apreço, principalmente pelos ganhos financeiros obtidos, tem sido controlada com o objetivo de dar prioridade à vegetação local, sobretudo as áreas em que há árvores frutíferas.

“É tipo assim, porque são muitas árvores frutíferas, tipo bacuri, é bacurizal. Aí tem aquela safra que dá muito bacuri e aí se for derrubar tantos hectares de mato, vai um montão de árvore pro chão, né? De frutas. Aí é isso que muitas das vezes a gente nem aceita, [...]. Aí já tá difícil, eles tem de escolher lugares que não tenham essas árvores açai, bacuri, é anajá, é tucumã.”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 40 anos).

Outra estratégia utilizada é o manejo realizado por alguns comunitários. Ocorre que, objetivando aumentar a obtenção de recursos naturais, o grupo de quilombolas tem criado, ainda que pouco frequente, plantios racionais, principalmente envolvendo açazeiros, em áreas de domínio da comunidade.

Em contraponto, os comunitários quilombolas alegam que estas regras de uso e exploração, na maioria das vezes, são respeitadas apenas pelo grupo quilombola. E por acontecer, frequentemente, a entrada de pessoas de outras localidades nas referidas áreas, são gerados severos danos e prejuízos aos recursos naturais envolvidos.

“Mas, como diz o caso, aí o bacurizeiro que têm, que são frutífero, aí certas pessoas ainda vem, pega mete a motosserra, serra tira a madeira e ainda vão vender, aí fica complicado, né? Porque invés de aumentar, vão tirando, porque da onde se tira não se repõe, né? [...]. E ainda vende por abacatela, que quem vai ganhar é o que vai fazer os móveis, porque ele vai ganhar mais!”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Trabalhador, 25 anos).

“Bacurizeiro também a gente tem todo um cuidado de não tombar as árvores que é por conta de que como já tem pouco, a gente tem todo um cuidado e as pessoas da comunidade alguns procuram não tombar pra preservar, né? Aí vem outro indivíduo, serram e ainda vendem a madeira, né? Ai vem a Celpa e saí tombando o bacurizeiro.”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 26 anos).

A gestão comunitária, descrita acima, trata-se um modelo extremamente importante, principalmente se analisada pela perspectiva em que o participante/executor, também, é beneficiário do processo; dando autonomia ao grupo. Todavia, isto não implica a anulação de outras formas e níveis de gestão sobre o território em apreço. Contrariamente, é um modelo que se trabalhado e operacionalizado com apoio técnico de entes do Estado, favoreceria a otimização das múltiplas formas de gestão operantes no referido território. Portanto, a organização coletiva quilombola associada a ação governamental pode transformar o território quilombola possibilitando a

conservação dos recursos naturais; bem como, a manutenção do modo de vida quilombola.

Por fim, é importante destacar que o modelo de gestão desenvolvido pelos comunitários quilombolas, em algum nível, se relaciona aos princípios da sustentabilidade. Todavia, tal feito se dá, não pela busca em adequar-se a um debate acadêmico-científico sobre as questões ambientais; mas, pela relação intrínseca que há entre a população local e o meio em que estão inseridos. Portanto, a conservação se relaciona a manutenção das formas de produção e reprodução quilombola.

E mais, a construção do tal modelo de gestão endógeno e independente, efetivamente, se dá pela existência exaustiva de conhecimento empírico da natureza local. É a compreensão densa sobre os aspectos naturais e climáticos da região que possibilitam a construção das estratégias de gestão dos recursos naturais necessários ao grupo quilombola. Neste sentido, os conflitos socioambientais, de modo indireto, criam movimentos de extrema importância ao aprimoramento das técnicas de manejo, por exemplo, dos recursos naturais pelos comunitários quilombolas.

6.2 GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS DA AÇÃO PÚBLICA: CRÍTICAS E POSSIBILIDADES

É unânime em Deus me Ajude, quando questionado sobre a atuação do Estado na gestão do território e dos recursos naturais, que há a ausência de tal atuação. Os comunitários alegam que já buscaram acionar os órgãos que julgam competentes a tal atuação, tais como: IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), por exemplo, mas que a resposta a demanda posta nunca o é satisfatória. Dizem ainda que, além de pouco frequente, a atuação destes órgãos é (quase sempre!) questionável.

“Atuam mais em favor de quem tem poder aquisitivo do que do lado das pessoas que realmente estão com aquela necessidade. Porque assim se eu tô pescando é porque eu tô tendo aquela necessidade, se eu tô tirando açaí é porque eu tô tendo uma necessidade.”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 26 anos).

Os comunitários quilombolas reconhecem e afirmam a importância destes entes ao desenvolvimento de suas atividades de trabalho e, portanto, suas formas de gerir o território e os recursos naturais. Lamentam a ausência dos tais órgãos, mas, pela atuação desenvolvida, criticam os mesmos fortemente. A exemplo, a fala de um comunitário:

“Porque assim, a gente precisa deles pra lutar, por exemplo, nessas causa dos fazendeiros, que eles trabalham com essas questão dos agrotóxico. Como nosso rio dá cabeceira certo pra lá, então tudo que eles jogarem lá vai descer pra cá. E as pessoas utilizam o rio pra pescar, tomar banho, essas coisas. E tem a questão dos roçados, a questão dos roçados eu acho que não é tanto uma necessidade assim pra criminalizar e sim pra se reeducar. Eu tenho que reeducar as pessoas, explicar pra elas o quê que causa se eles continuar fazendo desmatamento acelerado, que é o que tá tendo. Porque a secretaria de meio ambiente que era pra fazer isso, não faz. [...]. Poderia vir fazer uma reeducação ambiental, mas infelizmente não é realizado.”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 26 anos).

Para os comunitários quilombolas, entre todos o mais atuante na comunidade é a secretaria de meio ambiente. Contudo, afirmam que se trata de uma atuação extremamente limitada por se restringir a concessão de licenças das áreas de roça e fiscalização, sendo muito incisivos quanto a fiscalização e, por conseguinte, autuação de multas. O que leva os comunitários ao questionamento: “o órgão ajuda ou atrapalha no desenvolvimento das atividades produtivas da comunidade?”.

“Agora é complicado pra cortar pra fazer roça de mandioca, porque tem de pagar lá na meio ambiente, na secretaria de meio ambiente, tem que tirar licença, pagar um monte de coisa. [...]. De primeiro não tinha nada disso, as pessoa derrubada por conta própria mesmo e agora não, já pensou o próprio dona na terra, né? Tem de ir lá no meio ambiente tudo, aí ficou complicado.”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 39 anos).

“Não são, mas se alguém roçar sem ir lá pedir a coisa (licença), com certeza eles vão aparecer pra multar. Porque eles lascam a multa na pessoa, né? Mas tirando disso, eles não são não presente na comunidade, meio ambiente. Qualquer órgão, o único órgão que aparece aqui é a secretaria de educação, por causa da escola, porque os outros.”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Liderança, 39 anos).

Outro órgão frequentemente citado, quando se refere aos recursos naturais, é o IBAMA. Os comunitários alegam que a atuação do referido instituto desconsidera a dinâmicas do local, portanto, as demandas e necessidades relativas à sobrevivência e manutenção familiar, e impõe uma

forme de uso e apropriação, principalmente em relação a pesca, que não está de acordo com a realidade comunitária local.

“Aí nós temo 6 mês também, né? Que o IBAMA também proíbe nós pescar também, né? [...]. Aí fica difícil pra nós que é pescador, né? Porque que nos for tentar pescar, e eles pegare, eles tomo tudo que nós tem. E ainda ponho processo, que daí tem que pagar uma multa de tanto. É só quando o IBAMA aparece, é nessa época! [...]. Aí a senhora vai lá, põe seu material e quando vai chegando ai eles venho tomo tudo, levo tudo. Aí mando a senhora ir lá, é tanto de multa e quando não paga ainda suja o documento pronto da senhora. [...]. Aí a senhora vorta triste, se a senhora ainda quiser termar, eles ainda mando a senhora ir lá e pagar o que a senhora num trabalhou.”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Trabalhador, 46 anos).

“Por isso que eu lhe falei, naquela hora, só atrapalho porque o recurso da gente é só esse! [...]. As vezes ainda colocam a rebeta da gente a reboque da lancha e vão levar lá pra Soure. Se a gente quiser, vem de pés, que a gente num tá com dinheiro pra lá!”. (Entrevista realizada pela autora durante pesquisa de campo, junho de 2018. Trabalhador, 53 anos).

Em síntese, há uma série de divergências entre as demandas e necessidades da comunidade e a atuação da ação pública. Todavia, os comunitários destacam, e coloca este ponto de modo bastante propositivo, que se realizar um diálogo entre comunidade e ação pública para que conjuntamente se estabelecer um denominador comum, algo que poderia gerar o fortalecimento da gestão do território da comunidade e dos recursos naturais, seguindo as práticas tradicionais locais, com o apoio do setor público.

7 A CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO E ENPODERAMENTO QUILOMBOLA

A cartografia participativa é uma ferramenta de apreensão do espaço, construída de forma coletiva pelos comunitários e para os comunitários, cabendo a academia o auxílio técnico científico para elaboração do produto.

Trata-se, portanto, de um instrumento de apreciável importância ao integrar o conhecimento acadêmico à percepção empírica da população local. Neste sentido, a cartografia, ao dimensionar o espaço, imprimindo os anseios, demandas e necessidades da população, configura-se como um admirável instrumento na busca por obtenção dos direitos territoriais de comunidades locais.

7.1 CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA DO QUILOMBO DEUS ME AJUDE

A elaboração da cartografia de Deus me Ajude aconteceu seguindo as seguintes etapas:

- Etapa 1: Diálogo com os comunitários – apresentação dos objetivos da atividade a ser desenvolvida (elaboração da cartografia) aos comunitários;
- Etapa 2: Reconhecimento e identificação espacial do território da comunidade – realização da delimitação do território da comunidade, destacando as principais áreas em que são desenvolvidas as atividades de trabalho;
- Etapa 3: Território quilombola e conflitos – os comunitários discutiram (internamente) os elementos que constituem os conflitos socioambientais, bem como, os recursos em disputa;
- Etapa 4: Representação gráfica – elaboração do mapa a partir dos dados obtidos em campo no software;

- Etapa 5: A apresentação e validação dos comunitários – com versão preliminar da cartografia, os comunitários examinaram e debateram a necessidade de ajustes e alterações no mapa;
- Etapa 6: Revisão gráfica – realização de alterações, conforme demandado pelos comunitários, no mapa para elaboração da versão final;
- Etapa 7: Entrega da cartografia participativa.

Na Figura 7-1 são apresentados registros fotográficos das etapas de campo da cartografia participativa em Deus me Ajude.

Figura 7-1 -Construção da Cartografia Participativa – 2017 e 2018.



a – Conserva inicial com liderança de Deus me Ajude, identificando preliminarmente os territórios com auxílio da carta imagem – Primeiro momento em campo da cartografia participativa, realizada em julho de 2017.



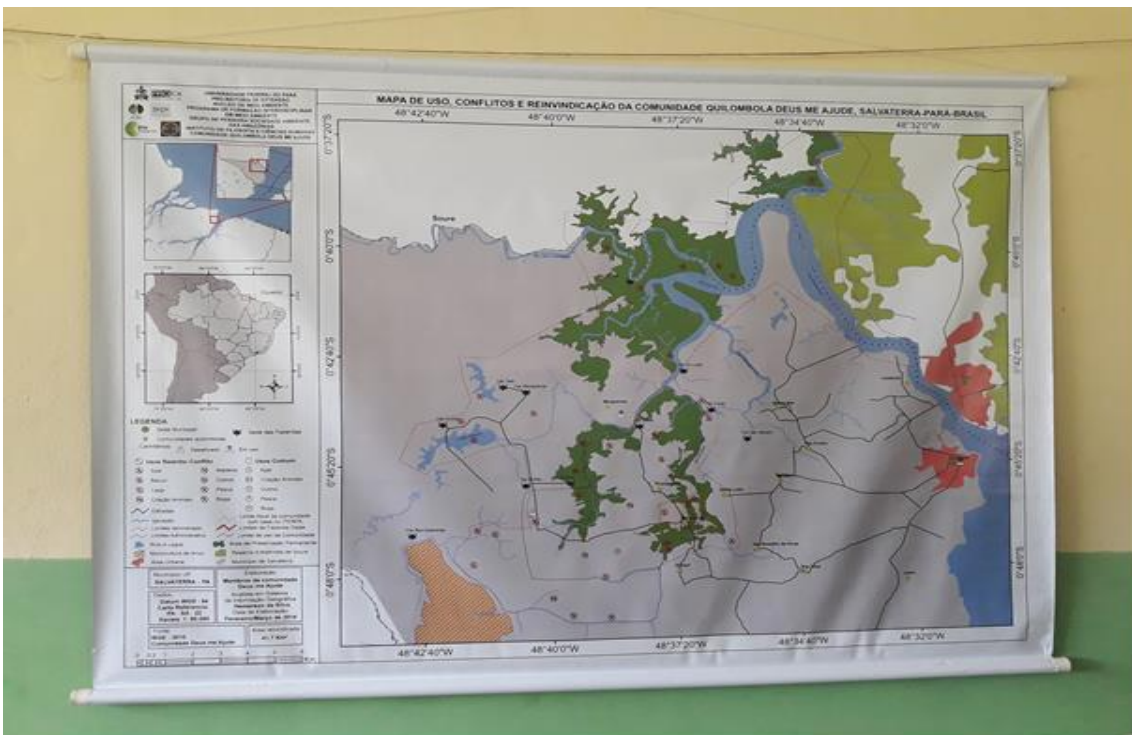
b - Identificação do território quilombola, áreas de uso de recursos naturais e conflitos socioambientais – Segundo momento em campo da cartografia participativa, realizada em julho de 2017.



c - Apresentação e validação do material cartográfico pelos comunitários quilombolas – Terceiro momento em campo da cartografia participativa, realizada em novembro de 2017.



d - - Reunião que antecedeu a entrega da cartografia participativa – Quarto momento de campo da cartografia participativa, realizado em maio de 2018.



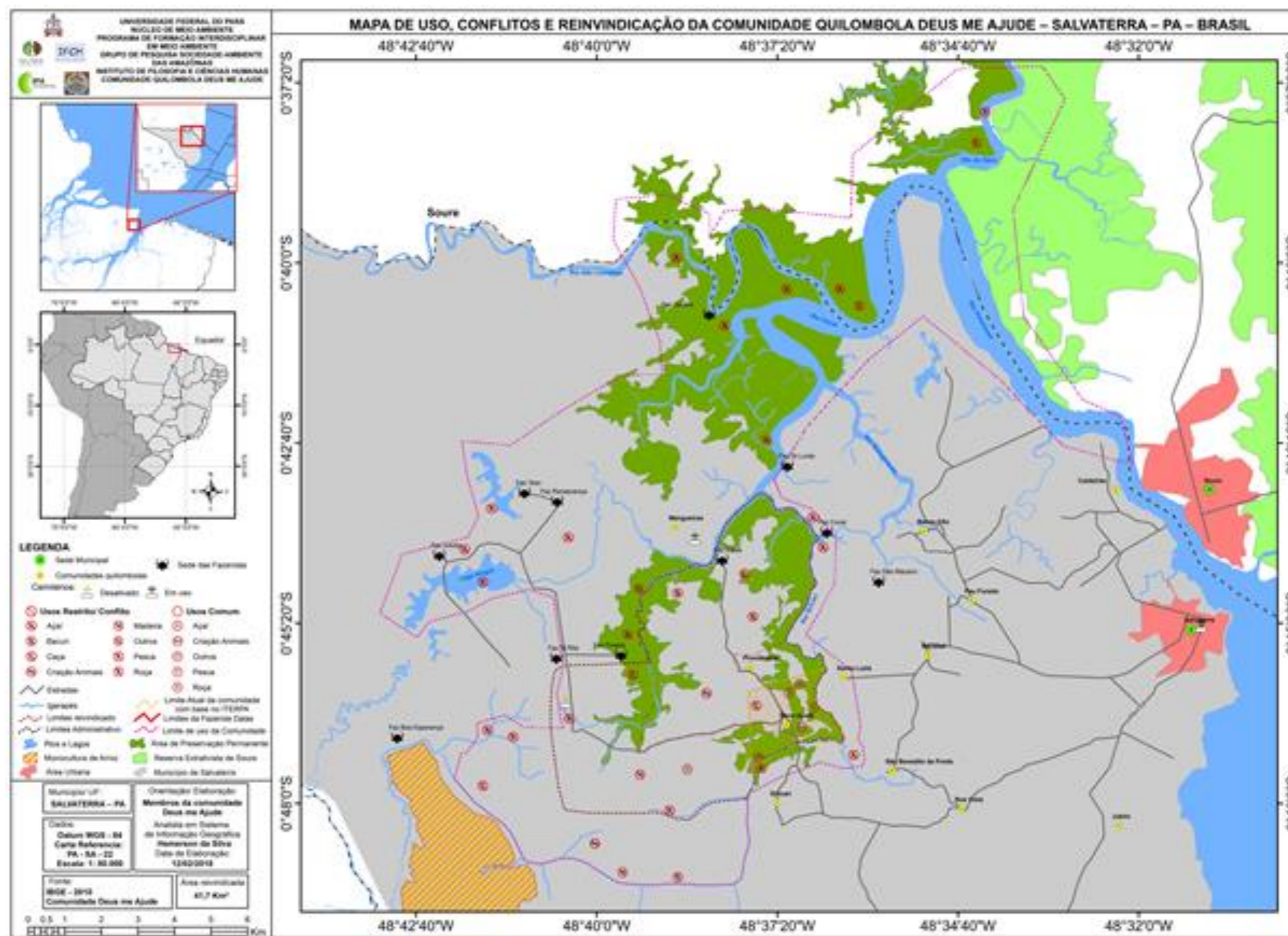
e - - Cartografia Participativa impressa entregue a comunidade Deus me Ajude – Quarto momento de campo da cartografia participativa, realizado em maio de 2018.



f – Após entrega, comunitários e o mapa de uso, conflito e reivindicação de Deus me Ajude – Quarto momento de campo da cartografia participativa, realizado em maio de 2018.
Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, 2017 e 2018.

Esse processo resultou no “Mapa de uso, conflito e reivindicação da comunidade quilombola Deus me Ajude”, conforme apresenta a Figura 7-2.

Figura 7-2 - Produto do trabalho de campo do GPSA-Amazônias: Mapa de uso, conflito e reivindicação da comunidade quilombola Deus me Ajude, Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil.



Fonte: GPSA-AMAZÔNIAS, 2018.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela assimetria dos poderes econômicos e políticos entre os grupos locais, o grupo de fazendeiros tem mantido o domínio sobre a maior parte dos territórios e recursos naturais necessários a produção e reprodução quilombola. Os conflitos socioambientais, portanto, tem gerado uma série de limitações aos modos de produzir e organizar a vida social das famílias quilombolas.

Todavia, a organização sociopolítica quilombola, tão necessária e fundamental a luta por obtenção dos direitos do grupo, resulta dos efeitos destes conflitos. Isto é, os comunitários passam a se mobilizar em vistas a modificar a situação de escassez em que se encontram. Assim, embora os conflitos provoquem inúmeros efeitos negativos e danosos, os mesmos, ao adensar a luta quilombola e favorecer a gestão de recursos naturais, apresentam estimável importância ao cotidiano quilombola.

Importa frisar que o modelo de gestão desenvolvido pelos comunitários quilombolas, de alguma forma, se relaciona aos princípios da sustentabilidade. Todavia, tal feito se dá, não pela busca em adequar-se a um debate acadêmico-científico sobre as questões ambientais; mas, pela relação intrínseca que há entre a população local e o meio em que estão inseridos. Portanto, a construção do modelo de gestão, endógeno e independente, no âmbito comunitário, efetivamente, se dá pela existência exaustiva de conhecimento empírico da natureza pela população local. Sendo, justamente, a compreensão densa sobre os aspectos naturais e climáticos da região que possibilitam a construção das estratégias de gestão dos recursos naturais.

Destaca-se ainda que, embora o estudo tenha focado sobre o processo social em que os conflitos socioambientais favorecem a gestão de recursos naturais, algo que perpassa o adensamento da organização coletiva do grupo, é necessário evidenciar as motivações destes conflitos na região. Isto é, ainda que cada tipologia de conflito envolva interesses específicos, a motivação destes é a mesma: a estrutura fundiária desigual marajoara; algo que historicamente vem produzindo, entre os grupos locais, formas de acesso e controle assimétricos.

Daí se acrescenta que o não reconhecimento dos territórios quilombolas do município de Salvaterra, Ilha de Marajó/PA, tem provocado a acentuação e a perpetuação dos conflitos socioambientais na região. Diante de tal assertiva, infere-se que a aplicação do arcabouço normativo previsto na Constituição Federal, e a consecutiva realização da demarcação e titulação destes territórios, se constitui como a principal forma de remediar a problemática fundiária e, portanto, de acesso e controle dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Herdeiros das terras de Deus Ajude, Salvaterra – Pará.** Belém: SEJU/ UNAMAZ/ UFPA/ NAEA, 2006. [Relatório do Projeto de Pesquisa “Estudos e publicações sobre Grupos Negros no Pará”].
- _____. **Território quilombola de Salvaterra:** Bacabal, Santa Luzia, São Benedito da Ponta, Campo Alegre, Vila Nova e os conflitos com a fazenda São Macário, Salvaterra – Pará. Belém: SEJU/ UNAMAZ/ UFPA/ NAEA, 2007. [Relatório do Projeto de Pesquisa “Estudos e publicações sobre Grupos Negros no Pará”].
- ACSELRAD, Henri (Organização). **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: RelumeDumará; Fundação Heinrich, 2004. p. 294.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de & SPRANDEL, Marcia Anita. Palafitas de Jenipapo na ilha de Marajó: a construção da terra, o uso comum das águas e conflito. **Cadernos NAEA**, v. 9, n. 1, p. 25-76, jun. 2006.
- ALMEIDA, Jalcione; FLEURY, Lorena Cândido; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 34-82.
- BARGAS, Janine de Kássia Rocha; CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. Cartografia social e organização políticas das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasi. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cien. Hum.**, Belém, v. 10, n. 2, p. 269 – 488, maio-ago. 2015.
- BIRNBAUM, Pierre; CHAZEL, François (Org.). **Teoria Sociológica.** Trad. de Gisela Stock de Souza e Hélio de Souza. São Paulo: Hecitec/ EDUSP, 1977.
- BRABO, Maria José C. Pescadores, geleiros e fazendeiros: os conflitos da pesca em Cachoeira do Arari. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Nova Série, Antropologia, Belém n. 77, p. 1-22, jan 1981.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Brasília, DF, 2003.

CANTO, Otávio do. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007. (Col. Eduardo Galvão).

_____. **Conflito socioambiental e (re) organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do projeto agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti – Pará – Amazônia – Brasil**. 2012. 269 f. Tese (DOUTORADO) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

_____. **Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental**. – Belém: NUMA/ UFPA, 2016.

CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. **A Constituição local: direito e território na comunidade de bairro alto, na Ilha de Marajó – Pará**. 2008. Tese. (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2008.

_____. Direito ao território quilombola na Ilha do Marajó. In: ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos; ROSEMBERG, Fúlvia; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. (Org.). **Terra, Território e Sustentabilidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____; SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da. Direitos entrelaçado: práticas jurídicas e território quilombola na Ilha do Marajó-PA. **Campos**, UFPR, v. 11, p. 9-29, 2011.

_____. Reconhecimento e organização política quilombola na luta por território na Ilha do Marajó (PA). **Cronos**, Natal, v. 14, n.2, p.93 – 107, jul./dez. 2013.

_____. “O SUOR MARCA A TERRA”: trabalho, direito e território quilombola na ilha de Marajó, Pará. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVIII, n. 2, p. 77 – 96, abr. – jun. 2015.

- COLIINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas.** - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2009. p. 49 – 106.
- FURTADO, L.G.; NASCIMENTO, 1.; ALENCAR, E.F. & MOREIRA, E.S. 1998. Lago Grande de Monte Alegre: relato sobre gente e ambiente e conflitos sociais no Médio Amazonas. **Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi**, ser. Antropol., 14 (1):21-95.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia:** guia prático da linguagem sociológica. – Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LEÃO, Raphaela Cibelly dos Santos. **CONFLITOS NAS BEIRADAS:** quilombolas e fazendeiros na Ilha de Marajó/PA. Universidade Federal do Pará, Faculdade de Ciências Sociais, Belém, 2016.
- _____; CANTO, Otávio do; CARDOSO, Luís. **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS:** recursos pesqueiros em disputa na ilha de Marajó /PA.
- _____; CANTO, Otávio do; CARDOSO, Luís & MORAES, Sérgio de. **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS VÁRZEAS DO MARAJÓ:** apropriação e uso dos recursos naturais entre quilombolas e fazendeiros em Salvaterra, Pará-Amazônia-Brasil.
- MAIA, Paulo Cesar Chagas; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário e CONDURÚ, Marise Teles. **Glossário terminológico de gestão ambiental.** – Belém: NUMA/ UFPA, 2016.
- _____. **Microtesauro de gestão ambiental.** – Belém: NUMA/ UFPA, 2016.
- MORAES FILHO, Evaristo de. (Org.). **Georg Simmel:** sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- MIRANDA NETO, Manoel José de. **Marajó:** desafio da Amazônia – aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento. – Belém: EDUFPA, 2005.
- NOGUEIRA, Cristiane Silva. **Território de pesca no estuário marajoara:** comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflito no município de Salvaterra (Pará). 2005. 178 f. Dissertação (mestrado) – Universidade

Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2005.

NUNES PEREIRA, Manoel. **A ilha de Marajó: estudo econômico-social.** – Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.

_____. **“Negros Escravos na Amazônia”.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, X, Anais. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944, v.3, p. 153-185.

PARÁ, Constituição, 1989. **Constituição do Estado do Pará.** Belém, 1989, 2011.

PEREIRA, Manoel Nunes. Negros Escravos na Amazônia. In: **Anais do X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, 1942, v 3, p 85-153.

PONTE, Romero Ximenes. **Assahy-yuricé, iassaí, oyasaí, quase, açây, jussara, manacá, açai, acay-berry: rizoma**". 163f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.

RAISON, Timothy (Org.). **Os precursores das ciências sociais.** Trad. de Luiz Corção. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SCOTT, John (org.). **Sociologia: conceitos-chave** – Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Hemerson Nascimento da. **Mapeamento dos conflitos socioambientais por meio da Cartografia Participativa:** Comunidade Quilombola Deus Ajude – Salvaterra- PA. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Ambiental) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa Interdisciplinar em Meio Ambiente, Belém, 2017.

SOBRINHO VACONCELLOS, Mário; FARIAS, André Luís Assunção de; LOPES, Luís Otávio do Canto e MENDES, Ronaldo Lopes Rodrigues.

Gestão de recursos naturais e desenvolvimento local. – Belém: NUMA/ UFPA, 2012.

SOUZA, José Luís de. **Segurança e Soberania Alimentar na Comunidade Quilombola de Deus Me Ajude, Ilha de Marajó-PA.** Universidade Federal do Pará, Faculdade de Etnodesenvolvimento, Altamira, 2017.

TEISSERENC, Pierre. AS VIAS DE INTEGRAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO SOCIALNO CAMPO POLÍTICO. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 229 – 242, Mai./Ago. 2016.

TURNER H., Jonathan. **Sociologia** – Conceitos e Aplicações. – São Paulo: MAKRON Books, 1999.

VANDERBERGHE, Frédéric. **As sociologias de Georg Simmel.** Bauru, SP: EDUSC; Belém: Editora da UFPA, 2005. p. 13 – 124.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Organização). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: editora da UFMG, 2010. p. 11 – 462.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Registros fotográficos da pesquisa de campo para elaboração da cartografia participativa.



Escola municipal de ensino infantil e fundamental quilombola de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, maio de 2018.



GPSA-Amazônias em conversa informal junto à liderança comunitária. – Primeiro campo da cartografia participativa de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, julho de 2017.



GPSA-Amazônias em conversa informal junto à liderança comunitária. – Primeiro campo da cartografia participativa de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, julho de 2017.



GPSA-Amazônias em conversa informal junto à liderança comunitária. – Primeiro campo da cartografia participativa de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, julho de 2017.



GPSA-Amazônias e comunitários durante a identificação do território quilombola, áreas de uso de recursos naturais e conflitos socioambientais. – Primeira oficina da cartografia participativa de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, julho de 2017.



GPSA-Amazonias e comunitários durante a identificação do território quilombola, áreas de uso de recursos naturais e conflitos socioambientais. – Primeira oficina da cartografia participativa de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazonias, julho de 2017.



Liderança e comunitários durante a identificação do território quilombola, áreas de uso de recursos naturais e conflitos socioambientais. – Primeira oficina da cartografia participativa de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, julho de 2017.



Liderança e comunitários durante a identificação do território quilombola, áreas de uso de recursos naturais e conflitos socioambientais. – Primeira oficina da cartografia participativa de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, julho de 2017.



Coordenadores de campo do GPSA-Amazônias. – Primeiro campo da cartografia participativa de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, julho de 2017.



GPSA-Amazônias e liderança momentos antes da apresentação e validação do material cartográfico pelos comunitários quilombolas de Deus me Ajude. – Segunda oficina da cartografia participativa: Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, novembro de 2017.



GPSA-Amazônias e comunitários quilombolas durante a apresentação e validação do material cartográfico. – Segunda oficina da cartografia participativa de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, novembro de 2017.



Reunião para entrega do mapa da cartografia participativa de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, maio de 2018.



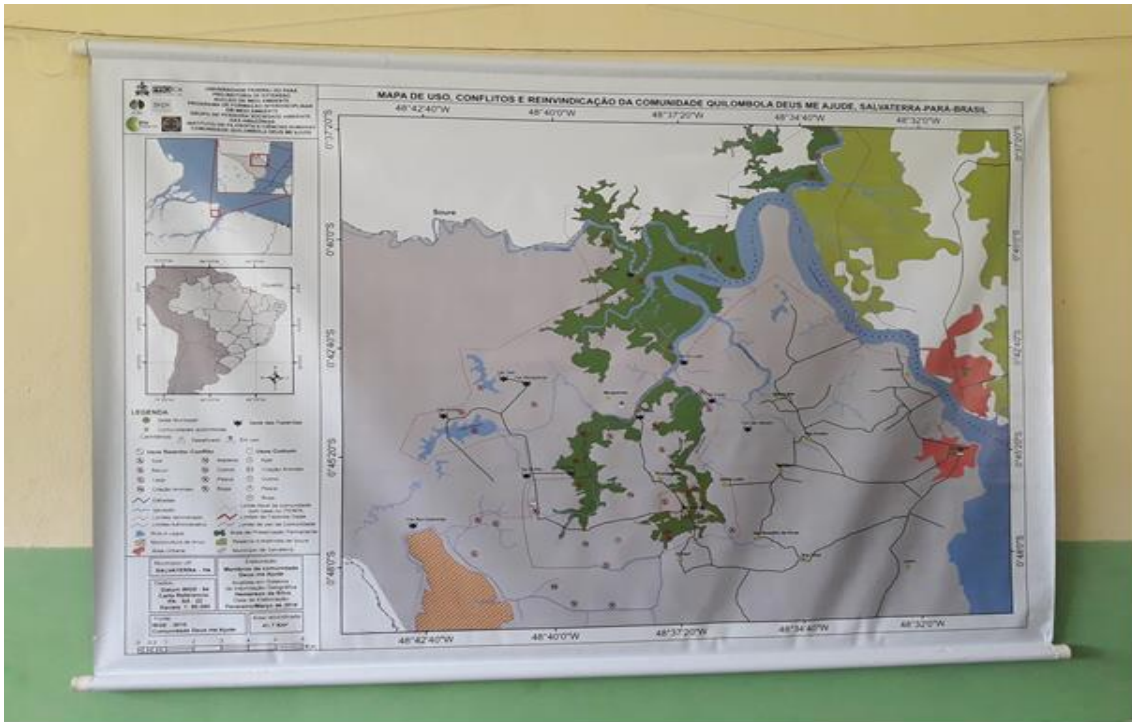
Reunião para entrega do mapa da cartografia participativa de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, maio de 2018.



Reunião para entrega do mapa da cartografia participativa de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, maio de 2018.



Mapa da cartografia participativa de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, maio de 2018.



Crianças da comunidade observando o mapa da cartografia participativa de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo, GPSA-Amazônias, maio de 2018.

APÊNDICE B - Registros fotográficos da pesquisa de campo da Dissertação.



Bandeira da Associação Remanescentes de Quilombos de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, junho de 2018.



Sede a Associação Remanescentes de Quilombos de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, junho de 2018.



Sede da Associação Remanescentes de Quilombos de Deus me Ajude.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, junho de 2018.



Sede da Associação Remanescentes de Quilombos de Deus me Ajude.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, junho de 2018.

APÊNDICE C - Roteiro de observação de pesquisa de campo.

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA – PPGEDAM</p>	 <p>PPGEDAM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA</p>
---	--	---

▪ ASPECTOS DA COMUNIDADE (ATUALIZAÇÃO):

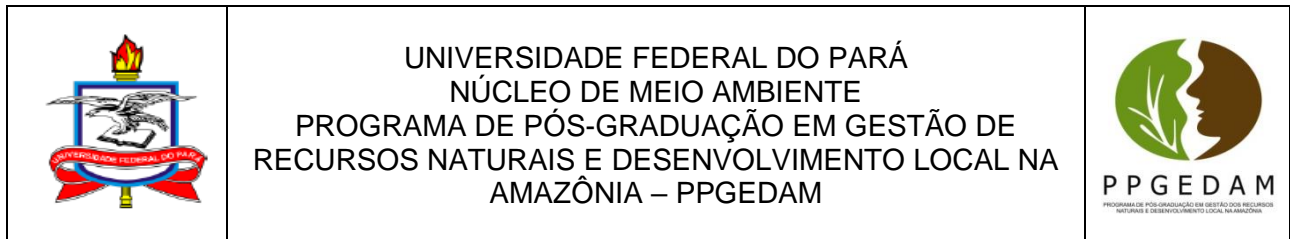
1. Qual o número de unidades familiares/casas da comunidade?
 - 1.1. A estrutura destas casas?
2. Qual o número total da população da comunidade? (Dividir por sexo e faixa etária, se possível!).
3. Quais serviços são ofertados aos comunitários em Deus me Ajude? (energia elétrica, água encanada, tratamento de esgoto, atendimento escolar e de saúde).
 - 3.1. As necessidades da comunidade são satisfeitas? Se não, é necessário deslocar-se até a área urbana ou comunidades vizinhas?

▪ ASPECTOS DA VIDA LOCAL E DA INVESTIGAÇÃO:

1. Quais elementos compõe a IDENTIDADE QUILOMBOLA em Deus me Ajude? Isto é, em que consiste o “SER QUILOMBOLA” nesta comunidade?
 - 1.1. O conflito compõe esta identidade ou expressa um risco?
2. Quais os efeitos do conflito ao modo de vida quilombola?
 - 2.1. Tem efeitos sob a organização político-social quilombola?
 - 2.2. Compromete à continuidade da reprodução ou a comunidade se reinventa diante das situações de conflito?
3. Partindo-se do pressuposto de que o conflito gera um processo de reinvenção das formas de ser e fazer dos sujeitos/atores envolvidos, o que tem sido feito pelos comunitários de Deus me Ajude em relação ao acesso e controle dos recursos naturais?
 - 3.1. Podem ser consideradas formas de resistência e/ou luta?
4. Quantas TIPOLOGIAS de conflitos são notadas em Deus me Ajude?
5. Buscar compreender o a construção (econômica, social e política) histórica dos atores/sujeitos em conflito;
 - 5.1. O que ou como se define tais atores/sujeitos na região em apreço?

6. Quais agentes, independente ds escala (municipal, estadual e/ou federal), são responsáveis pela gestão do território e dos recursos naturais de Deus me Ajude?
 - 6.1. Definir a atuação de cada agente/órgão;
 - 6.2. E, ainda, quais são acionados pelos comunitários;
7. Por fim, buscar compreender a diferença entre o território delimitado a comunidade e todo o “espaço” necessário a reprodução das famílias quilombolas! (Usar a cartografia participativa como base e realizar a construção de croquis junto aos entrevistados!).

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista (semiestruturada) de pesquisa de campo.



▪ **ASPECTOS DA COMUNIDADE, DA VIDA LOCAL E DA INVESTIGAÇÃO:**

1. Quais atividades de trabalho são desenvolvidas em Deus me Ajude?
 - 1.2. Em que consiste cada prática? (Descrição!).
 - 1.3. Quais recursos naturais envolvem?
 - 1.4. O que estas práticas representam a alimentação e renda?
 - 1.5. Ao longo dos anos estas atividades têm sofrido mudanças? (quanto ao recurso em questão ou o local em que a prática é desenvolvida.).
 - 1.5.1. Se sim, quais?
2. Como evidenciado pelo mapa, resultante da cartografia participativa, desenvolvido em Deus me Ajude, os comunitários enfrentam “conflitos” envolvendo o acesso e controle dos recursos naturais locais. (Buscar realizar uma análise cronológica!). Daí questiona-se:
 - 2.1. Quais recursos naturais encontram-se em disputa?
 - 2.2. Se há “conflitos”, onde estes ocorrem? (Assinalar no mapa a especificidade de cada localidade! Usar o mapa resultante da Cartografia Participativa para tal feito!).
 - 2.3. Quais atores/sujeitos se envolvem nestes “conflitos”?
 - 2.4. O que motiva estes “conflitos”?
 - 2.4.1. Cada recurso, em disputa, detém uma motivação/interesse específica?
 - 2.5. Há apenas a restrição de acesso ou proibição (total)?
 - 2.6. Quais os efeitos destes “conflitos” ao cotidiano da comunidade?
3. Diante das condições limitantes oriundas dos “conflitos”, quais estratégias são adotadas pelos comunitários para continuar a obter o quantitativo de recursos naturais demandados pela comunidade? (São estratégias de acesso as áreas em conflito ou novas formas de manejo dos recursos disponíveis aos comunitários, sejam em áreas abertas ou no interior da comunidade?).

4. Considerando a sensível limitação ao acesso e controle de recursos naturais com a qual padece Deus me Ajude, os comunitários já recorreram ou recorrem a algum agente estatal responsável pelo território quilombola em questão?
 - 4.1. Se sim, quais agentes são acionados?
5. No passado a relação entre quilombolas e fazendeiros era amigável, muitos comunitários trabalhavam e/ou circulavam no interior das fazendas. Contudo, na atualidade, aparentemente, estes cenários mudaram. Em que momento e quais as causas de tal mudança?
6. Como se dá atuação da associação remanescentes de quilombos de Deus me Ajude na comunidade?
 - 6.1. Primeiramente, em que momento (contexto histórico da comunidade) a associação foi fundada?
 - 6.2. Quais motivações que guiaram a fundação?
 - 6.3. Participação dos comunitários;
 - 6.4. Qual a regularidade de reuniões?
 - 6.5. A pauta das reuniões envolve aspectos que se relacionam aos recursos naturais?
 - 6.6. Os serviços de assistência à saúde e escolar, por exemplo, que atendem a população de Deus me Ajude resultam da atuação da associação?

ANEXOS

ANEXO A - Localização do estado Pará, Amazônia, Brasil.



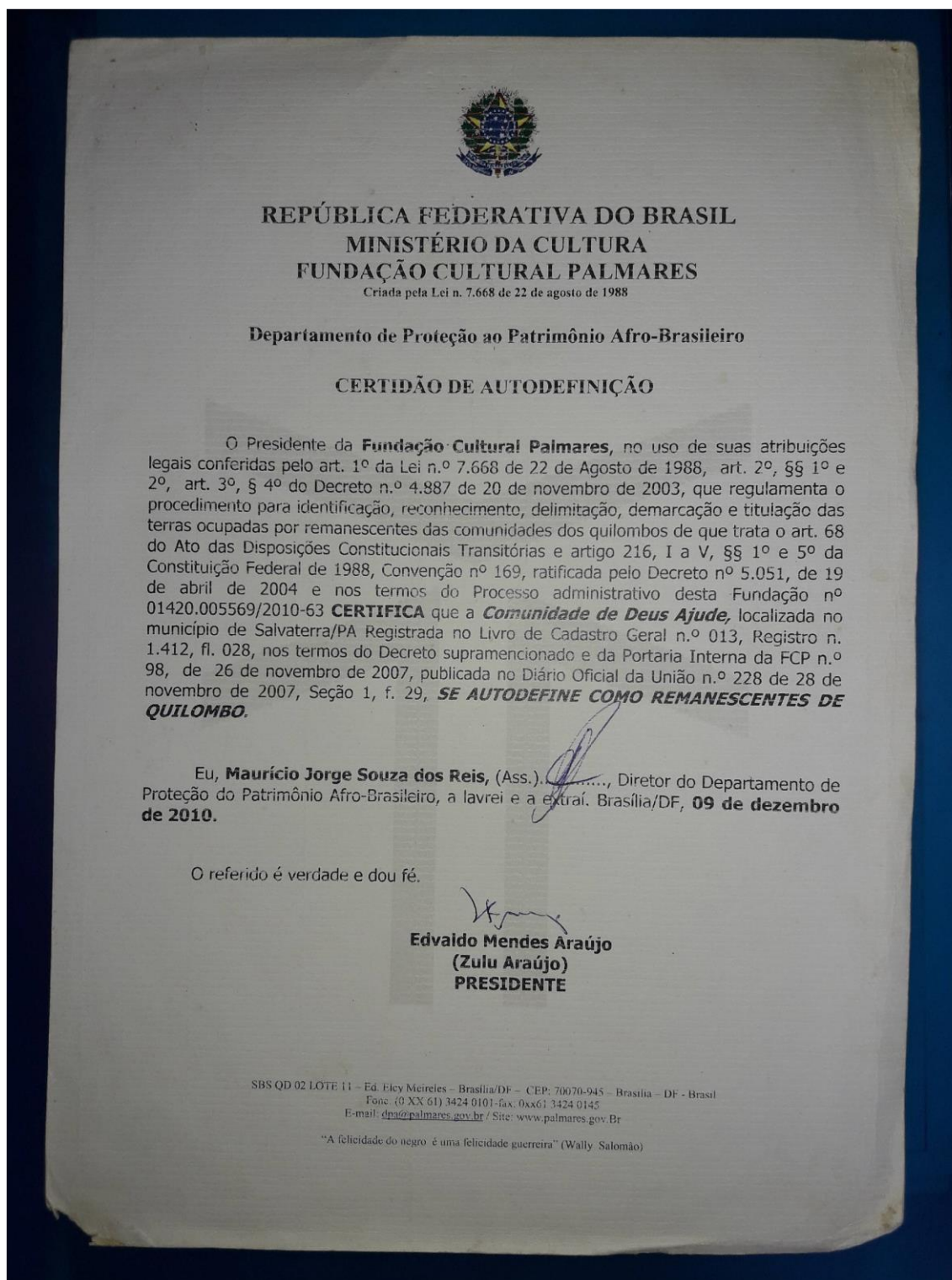
FONTE: CARDOSO, 2008.

ANEXO B - Localização da Ilha de Marajó em relação ao estado do Pará, Amazônia, Brasil.



FONTE: CARDOSO, 2008.

ANEXO C - Certidão de autodefinição da comunidade Deus me Ajude, emitida pela Fundação Palmares.



FONTE: Documento cedido pela associação quilombola de Deus me Ajude.